

**Tradução**  
MANUEL DO RÊGO BRAGA  
*Professor de História da Universidade Gama Filho, RJ*

**Revisão de Texto e  
Revisão Técnica**  
ANTONIO MONTEIRO GUIMARÃES FILHO  
*Professor do Departamento de Sociologia da PUC, RJ*

SÉRGIO GOES DE PAULA  
*Mestre em Economia pelo  
Instituto de Pesquisa Econômica da USP  
Professor de Política Econômica  
no Mestrado de Desenvolvimento Agrícola da FGV, RJ*

**BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
ECONOMIA**

**MAURICE DOBB**

da Universidade de Cambridge



**A  
Evolução  
do  
Capitalismo**

**SÉTIMA EDIÇÃO**

**Nova tradução**

**ZAHAR EDITORES  
RIO DE JANEIRO**

## CAPÍTULO II

O DECLÍNIO DO FEUDALISMO  
E O CRESCIMENTO DAS CIDADES

## 1

A Grã-Bretanha não se tem mostrado imune ao debate sobre o significado de feudalismo, e os usos do termo têm sido variados e contraditórios. Como observou a Dra. Helen Cam, o historiador constitucional tem-se inclinado a encontrar a essência do feudalismo no fato de que “a posse da terra é a fonte do poder político”; para o jurista, sua essência era o “*status* determinado pela *tenure*” e, para o historiador da economia, “o cultivo da terra pelo exercício de direitos sobre pessoas”.<sup>1</sup> De modo geral, no entanto, a questão não provocou, na Grã-Bretanha, grande controvérsia. A definição não se prendeu a filosofias sociais rivalizantes, como sucedeu em outros lugares, mais notavelmente na Rússia do século XIX. A própria existência de um tal sistema não foi posta em questão, e os planos para o futuro não se fizeram na dependência de qualquer impressão que esse sistema possa ter deixado sobre o presente. Na Rússia, ao contrário, a discussão mobilizou a opinião com muito mais vigor do que em outras partes, e a questão de saber se o feudalismo no sentido ocidental jamais existiu naquele país tornou-se um ponto principal no famoso debate entre eslavófilos e ocidentalistas na primeira metade e meados do século XIX. De início, a ênfase foi conferida à relação que o vassalo mantinha com seu príncipe ou suserano e à forma de posse da terra, proporcionando o que, fundamentalmente, era uma definição jurídica: uma definição certamente de acordo com a etimologia da palavra, pois como Maine observou, o termo feudalismo “tem o defeito de chamar a atenção para o conjunto apenas de seus incidentes característicos”. Exemplo amadurecido disso é a definição que

<sup>1</sup> *History*, vol. XXV (1940-1), p. 216.

o falecido Professor P. Struve recentemente apresentou na *Cambridge Economic History of Europe*: “um vínculo contratual, mas indissolúvel entre serviço e cessão de terras, entre obrigação pessoal e direito real”. A partir dessa definição, seguia-se que, embora o feudalismo tivesse existido na Rússia, seu começo só podia ser situado em torno de 1350, com o término da posse alodial da terra e o surgimento da ocupação da terra mediante prestação de serviços, e que presumivelmente esse padrão terminou no século XVII, quando o *pomiestie* foi assimilado ao *votchina* (isto é, tornou-se hereditário) e houve uma reversão ao princípio alodial.<sup>2</sup> Com a crescente influência do marxismo sobre os estudos russos de história agrária, um segundo tipo de definição entrou em destaque, conferindo lugar de honra às relações econômicas, em vez das jurídicas. O Professor M.N. Pokrovsky, por exemplo, que durante muitos anos foi o *decano* dos historiadores marxistas, parece ter considerado o feudalismo *inter alia* como um sistema de “economia natural” auto-suficiente, em contraste com uma “economia de troca” monetária — como “uma economia que tem o consumo como objetivo”.<sup>3</sup> Tal noção de que o feudalismo se apoiava na economia natural como sua base econômica parece partilhada, pelo menos implicitamente, por uma série de historiadores econômicos no Ocidente e poder-se-ia dizer que tem maior afinidade com as concepções de autores da Escola Histórica Alemã, como Schmöller, do que com as de Marx. Há evidência suficiente para sugerir que os mercados e a moeda desempenharam um papel mais destacado na Idade Média do que se costumava supor. Contudo, tal noção, de qualquer modo, partilha, com aquela puramente jurídica, a grande inconveniência (para dizer o mínimo) de tornar o termo nem mesmo aproximadamente confinante com a instituição da servidão. No caso de Pokrovsky, por exemplo, tal definição leva-o a falar do século XVI na Rússia como um período de declínio do feudalismo (intitulando o capítulo correspondente à matéria em seu *Brief History* de “A Dissolução do Feudalismo na Moscóvia”), pela razão de que o comércio estava revivendo nessa época e a produção para o mercado aumentando. O século XVI, no entanto, foi o período em que a servidão de camponeses antes livres ou semilivres estava aumentando bastante e as obrigações

<sup>2</sup> *Cambridge Economic History of Europe*, vol. I, 427, 432.

<sup>3</sup> *Brief History of Russian*, vol. I, 289. Essa definição *inter alia* granjeou-lhe críticas enérgicas por parte de outros historiadores soviéticos no início da década de 1930. Os críticos de Pokrovsky alegavam ter ele tentado simultaneamente adiantar tanto essa concepção quanto outra, puramente política e jurídica, e que, influenciado especialmente por uma obra muito discutida de Pavlov-Silvanski em 1907 (advogando a idéia de que o feudalismo no sentido ocidental existira na Rússia), jamais rompera de todo com essa última concepção (cf. S. Bakhrushin, em *Protiv Historicheskii Conceptsii M.N. Pokrovskovo*, 117-18).

feudais (no uso econômico comum da expressão) do campesinato estavam sendo acrescidas em grande escala. Alguns historiadores econômicos ingleses, ao que parece, têm tentado aparentemente evitar esse dilema, em primeiro lugar, por uma identificação virtual da servidão com a prestação de serviços ou com o trabalho obrigatório diretamente executado na propriedade do senhor e, em segundo, tentando demonstrar que tais prestações de serviço usualmente desapareciam e eram transformadas em uma relação contratual em termos monetários à medida que o comércio e a produção para troca num mercado amplo se desenvolviam no final da Idade Média. No entanto, isso não parece proporcionar-nos absolutamente um modo satisfatório de fugir à questão, como tentaremos demonstrar neste capítulo.

Os ingleses habituaram-se a desprezar discussões sobre definições como sendo meras disputas acerca de palavras; tal instinto provavelmente é sadio, tendo-se em conta que muitas discussões de tal tipo têm sido pouco mais do que um exercício para pedantes. Questões de definição, no entanto, não podem ser inteiramente descartadas, por mais desejosos que estejamos de que os fatos falem por si mesmos. Já dissemos que, ao ligarmos um significado definido, explícita ou implicitamente, a um termo como feudalismo ou capitalismo, estamos *ipso facto* adotando um princípio de classificação a ser aplicado na seleção e ordenação de acontecimentos históricos que façamos. Decidimos como romperemos o *continuum* do processo histórico; a matéria-prima que a história apresenta à historiografia — que acontecimentos e que seqüências devem ser postos em desiaque. Como a classificação deve necessariamente preceder e formar a base da análise, segue-se que, assim que passarmos da descrição à análise, as definições por nós adotadas deverão ter influência crucial sobre o resultado.

Para evitarmos uma prolixidade indevida, deve ser suficiente, sem ulterior discussão, postularmos a definição de feudalismo que nos propomos adotar doravante. A ênfase dessa definição estará baseada não na relação jurídica entre vassalo e suserano, nem na relação entre produção e destinação do produto, mas na relação entre o produtor direto (seja ele artesão em alguma oficina ou camponês cultivador da terra) e seu superior imediato, ou senhor, e no teor sócio-econômico da obrigação que os liga entre si. De conformidade com a noção de capitalismo discutida no capítulo anterior, tal definição caracterizará o feudalismo primordialmente como um “modo de produção” e isso formará a essência de nossa definição: Como tal, será virtualmente idêntica ao que geralmente queremos dizer por servidão: uma obrigação imposta ao produtor pela força e independentemente de sua vontade para satisfazer certas exigências econômicas de um senhor, quer tais exigências tomem a forma de serviços a prestar ou de taxas a pagar em dinheiro ou em espécie — de trabalho ou do que o Dr. Neilson

chamou de “presentes para a despensa do senhor”.<sup>4</sup> Essa força coercitiva pode ser a militar, possuída pelo superior feudal, a do costume apoiado por algum tipo de procedimento jurídico ou a força da lei. Tal sistema de produção contrasta, por um lado, com a escravidão, no sentido de que (como Marx o exprimiu) “o produtor direto acha-se aqui na posse de seus meios de produção, das condições materiais de trabalho necessárias à realização de seu trabalho e à produção de seus meios de subsistência. Ele empreende sua agricultura e as indústrias caseiras rurais a ela ligadas como um produtor independente”, ao passo que “o escravo trabalha com condições de trabalho pertencentes a outrem”. Ao mesmo tempo, a servidão implica que “a relação de propriedade deve afirmar-se como uma relação direta entre senhores e servos, de modo que o produtor direto não seja livre”: “Uma ausência de liberdade que pode variar desde a servidão com o trabalho forçado até o ponto de uma simples relação tributária”.<sup>5</sup> A servidão contrasta com o capitalismo no sentido de que, sob este último, o trabalhador, em primeiro lugar (como sob a escravidão), não é mais um produtor independente, mas acha-se divorciado de seus meios de produção e da possibilidade de prover sua própria subsistência, mas, em segundo (diversamente da escravidão), sua relação com o proprietário dos meios de produção que o emprega é puramente contratual (um ato de venda ou assalariamento terminável a curto prazo): perante a lei, ele é livre, tanto para escolher como para trocar de patrão, não estando sob qualquer obrigação, a não ser a imposta por um contrato de serviço, de contribuir com trabalho ou pagamento para um patrão. Esse sistema de relações sociais, ao qual nos referimos como servidão feudal, tem sido associado na história, por uma série de motivos, a um baixo nível de técnica, no qual os instrumentos de produção são simples e em geral baratos, e o ato de produção tem cará-

<sup>4</sup> N. Neilson, *Customary Rents* (em *Oxford Studies in Social and Legal History*), 15. Cf. Vinogradoff, *Villeinage in England*, 405: “A relação entre trabalho e serviço, embora bem marcante e predominante na maioria dos casos [no período feudal], não é de modo algum a única que se deveria levar em conta.”

<sup>5</sup> *Capital*, vol. III, 918. Marx vai além, a ponto de dizer que “sob tais condições o trabalho excedente para o proprietário nominal da terra não lhes pode ser (aos servos) roubado por quaisquer medidas econômicas, mas tem de ser extraído deles por outros meios, seja qual for a forma que assumam”, acrescentando ainda as observações seguintes: “A forma econômica específica em que o trabalho excedente não-pago é bombeado dos produtores diretos determina as relações de governantes e governados... É sempre a relação direta entre os proprietários das condições de produção e os produtores diretos que revela o segredo mais íntimo, o alicerce oculto de toda a construção social, e... da forma correspondente do Estado”. No entanto, “isso não impede que a mesma base econômica mostre variações e gradações infinitas em sua aparência”, devido a “numerosas circunstâncias externas, ambiente natural, peculiaridades raciais, influências históricas externas, e assim por diante, todas as quais devem ser apuradas por cuidadosa análise”.

ter em grande medida individual; a divisão do trabalho (e conseqüentemente a coordenação dos indivíduos na produção como um processo socialmente integrado) mostra-se em nível bem primitivo de desenvolvimento. Historicamente, tem sido igualmente associado (e por motivo semelhante quanto ao essencial) a condições de produção para as necessidades imediatas do domicílio ou comunidade de aldeia, e não a um mercado mais amplo, embora a “economia natural” e a servidão estejam bem longe de ser limítrofes, como veremos adiante. O ápice de seu desenvolvimento era caracterizado pelo cultivo da propriedade senhorial, geralmente em escala considerável, por prestação de serviços compulsória. Mas o modo de produção feudal não se restringia a essa forma clássica. Finalmente, esse sistema econômico tem sido associado, pelo menos durante parte de sua história e muitas vezes em suas origens, a formas de descentralização política, com a posse condicional da terra pelos senhores baseada em algum tipo de ocupação da mesma por serviços por eles prestados e (mais geralmente) com a posse por um senhor com funções judiciárias ou semijudiciárias em relação com a população dependente. Mais uma vez, no entanto, tal associação não é invariável, e a servidão pode ser encontrada associada tanto a formas estatais bem centralizadas quanto à posse hereditária da terra, em vez daquela fundamentada em serviços prestados por seus ocupantes. Para inverter uma descrição feita por Vinogradoff (que fala de servidão como “corolário característico do feudalismo”<sup>6</sup>), podemos dizer que a posse da terra sob a forma de feudo é uma característica comum, mas não invariável, da servidão feudal como um sistema econômico, no sentido em que o estamos usando.

## 2

O revivescimento do comércio na Europa Ocidental depois de 1100 e seu efeito perturbador sobre a sociedade feudal constituem uma história bem conhecida. Como o crescimento do comércio trouxe por conseqüência o comerciante e a comunidade comercial, que se nutriu como um corpo estranho dentro dos poros da sociedade feudal; como sobreveio uma circulação crescente de dinheiro através da troca, penetrando a auto-suficiência da economia senhorial; como a presença do mercador incentivou uma inclinação crescente no sentido de permutar produtos excedentes e produzir para o mercado — tudo isso, com grande riqueza de detalhes, já foi narrado muitas vezes. As conseqüências para a tessitura da antiga ordem foram

<sup>6</sup> Artigo sobre a Servidão na *Encyclopedia Britannica*.

bastante radicais. A renda em dinheiro, bem como os serviços dos servos, passaram a ser uma ambição dos senhores, desenvolvendo-se um mercado de empréstimos e outro de terras. Como disse um autor, falando da Inglaterra: “as grandes estradas que ligam Londres ao litoral são as artérias pelas quais flui o dinheiro, o solvente mais destruidor do poder senhorial”.<sup>7</sup>

Não se pode duvidar de que esse processo fosse de excepcional importância naqueles séculos, e é bastante evidente que estivesse ligado às mudanças tão marcantes ocorridas no final da Idade Média. Desenvolveu-se a tendência a comutar a prestação de serviços por um pagamento em dinheiro e a arrendar a propriedade senhorial por dinheiro ou continuar seu cultivo com mão-de-obra assalariada, que obviamente teve como condição necessária o crescimento do mercado e das transações efetuadas em dinheiro. Questionável, no entanto, é se a ligação era tão simples e direta como muitas vezes tem-se descrito, e se a ampliação do mercado pode ser admitida como tendo sido uma condição *suficiente* para o declínio do feudalismo — se uma explicação é possível em termos de que este é o fator único ou mesmo decisivo. Não tem sido incomum atribuir ao efeito solvente da troca e do dinheiro não só uma influência excepcional, mas singular, na transformação da sociedade feudal em capitalista. Muitas vezes encontramos o quadro de uma economia mais ou menos estável que se desintegrava ao impacto do comércio agindo como uma força externa e desenvolvendo-se fora do sistema que finalmente sobrepujou. Dão-nos uma interpretação da transição da antiga ordem para a nova, na qual se vêem as seqüências causais dominantes dentro da esfera de troca entre a economia senhorial e o mundo exterior. A “economia natural” e a “economia de troca” são duas ordens econômicas que não se podem misturar e a presença última, ao que nos dizem, é bastante para fazer a primeira dissolver-se.

Logo que a influência do comércio sobre a estrutura do feudalismo em diferentes partes da Europa, ou mesmo da Inglaterra, é submetida a um estudo comparativo, surgem sérias dúvidas a respeito da adequação de tal interpretação. Por exemplo, se os efeitos destruidores das transações efetuadas em dinheiro na antiga ordem, baseada no trabalho servil, verdadeiramente fossem o fator decisivo em funcionamento, poderíamos naturalmente esperar achar uma maior evidência da comutação de serviços por um pagamento em dinheiro na Inglaterra, digamos, por volta do século XIV, nos condados mais próximos ao mercado londrino — em mais

<sup>7</sup> W.H.R. Curtler, *The Enclosure and Redistribution of our Land*, 41. Pirenne diz que “a decadência do sistema senhorial aumentou em proporção ao desenvolvimento do comércio” (*op. cit.*, 84). O Professor Nabholz atribui a transição das taxas feudais para arrendamentos em dinheiro ao fato de que “o senhor deve ajustar-se a uma economia monetária” (*Cambridge Economic History*, vol. I, 503; também 554-5).

estrito contato com aquelas "artérias pelas quais flui o dinheiro, o solvente mais destruidor do poder senhorial". Na verdade, foi no Sudeste da Inglaterra que se registrou a maior proporção de prestação de serviços nessa data e, no Norte e no Oeste do país, a menor.<sup>8</sup> Por si só, isso poderia ser considerado insuficiente como evidência em contrário, porquanto a importância relativa das prestações de serviço entre as taxas feudais variava nas diversas partes do país, com o tipo de cultivo e a dimensão da propriedade arável; e muitos pagamentos em dinheiro eram sobrevivências de longa data e não produtos de comutação recente. Mas, também é verdade, ao estudarmos a tendência no correr de diversos séculos, que "nas partes mais atrasadas do país, mais distantes dos grandes mercados, acima de tudo, no Noroeste, as prestações de serviço foram abandonadas em primeiro lugar, enquanto o Sueste mais progressista as reteve por mais tempo".<sup>9</sup> Em segundo lugar, uma explicação da transformação em termos de influências de mercado levar-nos-ia a esperar encontrar uma correlação íntima entre o desenvolvimento do comércio e o declínio da servidão em diferentes áreas da Europa. Em certa medida, é verdade que existe tal correlação. Mas as exceções são bastante notáveis. O caso mais destacado em que a ligação não se aplica é o recrudescimento do feudalismo na Europa oriental, no final do século XV — aquela "segunda servidão" a que se referiu Friedrich Engels:<sup>10</sup> um revivescimento do antigo sistema que estava associado ao crescimento da produção para o mercado. De forma semelhante, nos Estados bálticos, na Polônia e na Boêmia, as oportunidades crescentes para exportação de cereais levaram, não à abolição, mas ao aumento ou revivescimento das obrigações servis impostas ao campesinato, e ao cultivo arável para o mercado nas grandes propriedades, numa base de trabalho servil.<sup>11</sup> Da mesma forma, na Hungria, o crescimento do comércio, do cultivo de grandes propriedades e crescentes imposições sobre os camponeses marcharam lado a lado.<sup>12</sup> Em terceiro lugar, não há evidência de que o início da transformação na Inglaterra se ligasse ao crescimento da produção para o mercado, ainda que os dois se associassem nos estágios posterior-

<sup>8</sup> Cf. H.L. Gray em *English Historical Review*, outubro de 1934, 635-6. É verdade que Londres não tinha ainda a preeminência sobre outras cidades que iria adquirir mais tarde. Mas as duas cidades seguintes em importância, Norwich e Bristol, também se achavam na metade meridional da Inglaterra.

<sup>9</sup> M. Postan em *Trans. Ryl. Hist. Society (NS.)*, vol. XX, 171.

<sup>10</sup> *Marx-Engels Correspondence*, 407-8.

<sup>11</sup> Cf. H. Séc, *Modern Capitalism*, 161; também cf. W. Stark, *Ursprung und Aufstieg des landwirtschaftlichen Grossbetriebs in den Böhmisches Ländern*; *Camb. Econ. History*, vol. I, 405.

<sup>12</sup> *Camb. Econ. History*, vol. I, 410.

res do declínio da servidão.<sup>13</sup> Hoje se reconhece que existiu um movimento bem considerável no sentido da comutação já no século XII, sucedido no século XIII por uma reação no sentido de um aumento das prestações de serviço e uma intensificação da pressão sobre o campesinato.<sup>14</sup> No entanto, o crescimento do comércio e dos mercados urbanos foi uma característica do século XIII, quando a reação feudal estava ocorrendo, e não do século XII, quando se encontra a tendência à comutação.

Na verdade, parece haver tanta evidência de que o crescimento de uma economia monetária *per se* levou a uma intensificação da servidão como há evidência de que foi a causa do declínio feudal. Se quisermos multiplicar os exemplos, veremos a história da Europa oriental mostrar-se especialmente rica em testemunhos do primeiro tipo. O fato de que as colônias gregas nas costas do mar Negro, nos séculos II e III da era cristã, fossem em tão grande escala colônias comerciais não as impediu que se constituíssem (na descrição que faz Rostovstev) "em comunidades militares de proprietários territoriais e comerciantes que governavam uma população nativa de servos".<sup>15</sup> O fato de que as primeiras cidades russas como Kiev e Novgorod prosperassem tanto como centros de comércio, ao longo da grande rota comercial Báltico-lago Ládoga-Dnieper-mar Negro, não impediu que sua classe dominante tivesse escravos como objetos de produção, bem como de comércio, e desenvolvesse uma forma de servidão em suas terras.<sup>16</sup> Quatro séculos depois, foram precisamente mosteiros prósperos como o Troitsa Sergeievsky, perto de Moscou, ou o de São Cirilo no mar Branco, entre os mais empreendedores e vitoriosos centros de comércio do período, que vieram primeiramente a impor prestação de serviços (em vez de taxas em dinheiro ou espécie) ao campesinato em suas propriedades. Algo semelhante ocorria nos mosteiros alemães e nas empresas colonizadoras da Igreja a leste do Elba, que reduziam o campesinato vênedo nativo à servidão, ou até mesmo à escravidão, em suas próprias terras anteriormente livres, e em geral mantinham um regime mais severo de servidão nas terras da Igreja do que o predominante nas propriedades leigas. Na Polônia do século XV, uma transição de um sistema de pagamento de tributos em di-

<sup>13</sup> Entretanto, tal associação dificilmente é verdadeira quanto ao século XV, tendo o mesmo assistido a um crescimento bem rápido do trabalho assalariado na agricultura; no entanto, em sua maior parte, foi um século de comércio em declínio, em vez de em expansão.

<sup>14</sup> Cf. Kosminsky em *Econ. Hist. Review*, vol. V, nº 2, pp. 43-4, que fala de um real "servilismo dos livres"; também sua *Anglikaia Derevnia v. 13<sup>o</sup> veke*, 211-16, 219, de que o artigo é um resumo; e Postan, *loc. cit.*, 174-8, 185-7; N. Neilson, *Economic Conditions of the Manors of Ramsey Abbey*, 50 e *passim*.

<sup>15</sup> M. Rostovstev em *American Historical Review*, vol. XXVI, 222.

<sup>16</sup> Ver adiante, p. 76.



nheiro e em espécie (que caracterizara o período inicial de colonização da nova terra) para um sistema extensivo de prestação de serviços coincidiu com o crescimento da exportação de cereais, em seguida à Paz de Torun em 1466, que dera à Polônia uma saída para o mar;<sup>17</sup> e na Ucrânia ocupada pelos poloneses do século XVI descobrimos que “a servidão fez seu aparecimento inicial na Ucrânia ocidental, onde a demanda de cereais (para exportar) surgiu pela primeira vez na segunda metade do século XVI”.<sup>18</sup> Na Rússia, o século XVIII — século de Pedro o Grande e de Catarina, a despota esclarecida, a “época dourada da nobreza russa” — assistiu a servidão russa aproximar-se mais da escravidão do que em qualquer outra época, tornando-se o servo virtualmente objeto de seu senhor, que podia vendê-lo separadamente da terra e torturá-lo (ou até mesmo matá-lo) quase impunemente. No entanto, também foi o século que testemunhou um desenvolvimento maior do comércio do que qualquer outro anterior desde as glórias de Kiev, e também um crescimento nada desprezível da manufatura.

Penso que, quanto à questão de se existe algum motivo para supor que o crescimento da economia monetária por si só devesse animar um senhor feudal a cancelar ou afrouxar as obrigações tradicionais de seus servos e substituí-las por uma relação contratual, a resposta deve ser negativa. É bastante óbvio que o senhor não visse qualquer incentivo em comutar as prestações de serviço por pagamento em dinheiro, a menos que o uso de dinheiro se desenvolvesse até certo ponto; e é nesse sentido que um certo crescimento do mercado foi condição essencial da mudança. Mas daí não se segue que a disseminação do comércio e do uso de dinheiro leve necessariamente à comutação das prestações de serviço (ainda menos à emancipação do produtor de todas as obrigações feudais) e ao arrendamento da propriedade do senhor ou ao seu cultivo com base no trabalho assalariado. Não existe igualmente bom fundamento para supor que o crescimento do comércio ocasionasse uma intensificação da servidão, para fornecer trabalho forçado ao cultivo da propriedade para fins de mercado? Não existe também bom motivo para considerar o que sucedeu na Europa oriental ou na Inglaterra do século XIII como a consequência natural do comércio em expansão, como sucedeu na Inglaterra dos séculos XIV e XV, ou na França e Renânia dos mesmos séculos? Se um dos dois devesse ser considerado o desfecho mais provável, tal pareceria ser o primeiro, pois nos períodos iniciais da história o efeito do comércio tinha sido aparentemente o de

<sup>17</sup> J. Rutkowski, *Histoire Economique de la Pologne avant les Partages* 31-6. A modificação parece ter vindo antes, e ter sido mais completa, na vizinhança de rios navegáveis como o Vístula, e mais tardia e menos desenvolvida em regiões distantes onde o transporte era difícil.

<sup>18</sup> M. Hrushevsky, *A History of the Ukraine*, 172-4.

incentivar a substituição da escravidão, que permite um grau mais alto de organização e disciplina, pela servidão, com seus vínculos mais frouxos.<sup>19</sup> Na discussão anterior do declínio do feudalismo, a suposição de que a produção de mercadorias para um mercado implica necessariamente a produção à base de trabalho assalariado parece ter-se infiltrado com demasiada frequência na argumentação.

A interpretação tradicional carece claramente de uma análise das relações internas do feudalismo como um modo de produção e da parte por elas desempenhada na determinação da desintegração ou sobrevivência do sistema. E, embora o desfecho real tenha de ser tratado como um resultado de uma interação complexa entre o impacto externo do mercado e essas relações internas do sistema, há um sentido em que as últimas podem ser tomadas como tendo exercido a influência decisiva. Conforme Marx observou, a “influência dissolvente” que o comércio terá sobre a antiga ordem depende do caráter desse sistema, “sua solidez e articulação interna” e, em particular, “o novo modo de produção que tomará o lugar do antigo é coisa que não depende do comércio, mas do caráter do próprio modo de produção antigo”.<sup>20</sup>

Assim que inquirimos até onde as forças internas da economia feudal foram responsáveis por seu declínio, voltar-nos-emos numa direção a que se tem dedicado menos estudo e onde a evidência não é abundante nem conclusiva. A evidência de que dispomos, no entanto, indica com vigor que a ineficiência do feudalismo como um sistema de produção, conjugada às necessidades crescentes de renda por parte da classe dominante, foi fundamentalmente responsável por seu declínio, uma vez que essa necessidade de renda adicional promoveu um aumento da pressão sobre o produtor a um ponto em que se tornou literalmente insuportável. A fonte da qual a classe dominante feudal extraía sua renda, e a única a partir da qual tal renda podia ser aumentada, era o tempo de trabalho excedente da classe servil, além daquele que se fazia necessário para prover à própria subsistência da última. Com o estado baixo e estacionário da produtividade de trabalho nessa época, pouca margem restava para que esse produto excedente pudesse ser aumentado, e qualquer tentativa de fazê-lo seria certamente à custa do tempo dedicado pelo produtor ao cultivo de sua própria e modesta terra, levando logo a sobrecarregar sua força além de limites humanos, ou então a reduzir sua subsistência abaixo do nível de uma simples existência animal. Que tal sucedesse assim não impedia, é claro, que

<sup>19</sup> Marx comenta o fato de que, “no mundo antigo, o efeito do comércio e o desenvolvimento do capital mercantil sempre resultam em economia escravista” (*Capital*, vol. III, 390).

<sup>20</sup> *Ibid.*

a pressão para obter um excedente maior fosse imposta; mas o resultado eventual para o sistema como um todo continuava desastroso, pois no fim levou a uma exaustão, ou desaparecimento real da força de trabalho da qual o sistema se nutria. Nas palavras de um autor francês, "para o cavaleiro ou barão, o camponês, servo ou livre, era apenas uma fonte de renda; em tempo de paz, eles o oprimiam tanto quanto podiam, com impostos e *corvéias*; em tempo de guerra em territórios estrangeiros, eles o pilhavam, assassinavam, queimavam e esmagavam ... O camponês era nada mais que uma criatura a ser explorada no país e destruída no exterior". Até na literatura da época, como nas *chansons de geste*, plenas de gentil cavalheirismo, "não há uma palavra de piedade para com os camponeses, cujas casas e colheitas são queimadas, e que são massacrados às centenas, ou levados com pés e pulsos agrilhoados".<sup>21</sup> O vilão, que por toda parte encontramos desprezado como uma criatura inferior, não é considerado como um fim da política, mas apenas como um instrumento — um meio de enriquecimento de seus senhores. Com o sistema que se apoiava nesses fundamentos, a história iria ter o seu próprio ajuste de contas particular.

Não só a produtividade do trabalho permanecia muito baixa na economia senhorial, devido tanto aos métodos em uso quanto à falta de incentivo ao trabalho, como também o rendimento da terra permanecia tão modesto que levou algumas autoridades no assunto a sugerir em que existia uma tendência real do sistema de cultivo a resultar na exaustão do solo. A rotação primitiva, a falta de plantio suficiente de espécies com raízes e gramíneas como a alfafa, davam pouca oportunidade de recuperação ao solo depois da colheita; e, embora a estrumação fosse conhecida e às vezes praticada, a pobreza do camponês médio impedia-o de adotar adequadamente em sua própria terra o que "o solo cultivado pelo sistema medieval de plantio requeria para não perder seu poder produtivo".<sup>22</sup> Até o recolhimento de suas próprias ovelhas em sua terra nem sempre era possível, devido ao *jus faldae* do senhor — seu direito de exigir que as ovelhas senhoriais fossem colhidas em sua propriedade. De qualquer modo, havia pouco ou nenhum incentivo à melhoria. Como afirmou uma autoridade em história da Europa medieval, "qualquer melhoria no solo era apenas o pretexto para uma exigência nova", e o senhor, sendo um "mero parasita ... desencorajava a iniciativa e consumia toda a energia em sua fonte, tomando do vilão uma parte exorbitante dos frutos de seu trabalho, de modo que este era meio estéril".<sup>23</sup> Não constitui surpresa o fato de que os senhores se

<sup>21</sup> A. Luchaire, *Social France at the time of Philip Augustus*, p. 384.

<sup>22</sup> H.S. Bennett, *Life on the English Manor, 1150-1400*, p. 78.

<sup>23</sup> P. Boissonnade, *Life and Work in Medieval Europe*, pp. 140-1, também p. 145. Cf. as observações de Adam Smith, *Wealth of Nations*, ed. de 1826, pp. 360-3. Den-

queixassem dos vilões que "trabalhavam com fervor diante de um homem, mas devagar e mal quando este lhes dava as costas", ou que se tivesse dito dos servos (o setor mais explorado da sociedade feudal) que, "sendo comprados e vendidos como animais, surrados com varas e mal parando para descansar ou respirar", eles, "quando não submetidos pelo medo, tornavam-se fortes e orgulhosos face aos mandamentos de seus suseranos".<sup>24</sup> Quão desgraçada era a sorte da massa dos produtores e quão próximos do mínimo irredutível se achavam é algo graficamente demonstrado pelas narrativas da época, como a do homem que "tangia quatro novilhas enfraquecidas a ponto de se poder contar suas costelas, tal o seu aspecto miserável", e "quando pisava o chão seus artelhos surgiam pelos buracos de seus sapatos gastos, suas meias pendiam em volta dos jarretes de todos os lados", enquanto, ao seu lado, sua mulher "andava descalça sobre o gelo, a ponto de sangrar". A doutrina comum do bailio era a de que "o plebeu, como o salgueiro, brota melhor quando podado" — doutrina que, embora verdadeira, deve ter operado dentro de limites bem estritos — e um título não pouco invejado, freqüentemente merecido pelos bailios, era o de *excoriator rusticorum*. O abade de Burton mal precisava lembrar a seus servos que estes possuíam *nihil praeter ventrem*.<sup>25</sup>

Ao mesmo tempo, as necessidades da classe dominante feudal no sentido de uma renda crescente exigiam uma pressão maior e novas exações impostas aos produtores. Em primeiro lugar, havia uma tendência (que parece ter operado com mais vigor no continente do que na Inglaterra) para que o número de vassalos se multiplicasse, por um processo conhecido como subenfusão, a fim de fortalecer o poderio militar dos senhores maiores. Combinado ao crescimento natural das famílias nobres e a um au-

ton se refere à fertilidade da terra arável inglesa no final do século XV como exaurida (*England in the Fifteenth Century*, p. 153), e Lorde Emlé sugeriu até mesmo um declínio de 30 ou 40% em rendimento por acre entre os séculos XIII e XV. Cf. também Harriet Bradley, *Enclosures in England*, pp. 47 em diante, onde se faz referência "à evidência esmagadora da pobreza do camponês no século XIV — pobreza que só pode ser explicada pela esterilidade de sua terra" (56). Opinião oposta é encontrada em R. Leonard, em *Econ. Journal*, março de 1922; também sobre a questão mais ampla da exaustão do solo e história, ver A.P. Usher em *Quarterly Journal of Economics*, maio de 1923, p. 385. Dados estatísticos mais completos (como os de Sir William Beveridge) não sustentam a opinião de que houvesse um declínio real em rendimento nesse período, mas a de que, como certo autor recente resumiu a questão, "temos a impressão de que o período caracterizou-se por estagnação agrícola, mas não por retrocesso, porque o nível de técnica agrícola pode no início ter estado tão baixo quanto poderia estar" (M.K. Bennett, em *Econ. History*, fevereiro de 1935, 22).

<sup>24</sup> Cit. G.G. Coulton, *Social Life in Britain from the Conquest to the Reformation*, pp. 340, 341-2.

<sup>25</sup> H.S. Bennett, *op. cit.*, pp. 164, 185-6, 305.

mento no número de dependentes, isso aumentava o tamanho da classe parasita que tinha de ser sustentada pelo trabalho excedente da população servil.<sup>26</sup> Acresciam-se a isso os efeitos da guerra e do banditismo, que podiam ser quase tomados como partes integrantes da ordem feudal e que aumentavam as despesas das casas feudais e da Coroa ao mesmo tempo que espalhavam desperdício e devastação pelo país.<sup>27</sup> Enquanto a exação e a pilhagem diminuam as forças produtivas, as exigências feitas ao produtor aumentavam. A série de cruzadas acarretou um esgotamento especial de rendas feudais nesse período; e, à medida que avançava a idade da cavalaria, as extravagâncias das casas nobres aumentavam também, com seus profusos festins e exibições custosas, emulando em seu culto à *magnificencia*. De início, o crescimento do comércio, com a atração de artigos exóticos que ele tornava disponíveis e as possibilidades que ele abria de produzir um excedente para o mercado, reforçava a tendência a intensificar a pressão feudal sobre o campesinato; e, como já observamos, o século XIII na Inglaterra foi marcado por um aumento na obrigação de trabalho nas maiores propriedades do país, especialmente nas terras do clero. Uma narrativa contemporânea se queixa de que os senhores “estão destruindo os camponeses pelas exações e tributos”, e “exigindo-lhes tributos pela força e opressão”.<sup>28</sup> Foi provavelmente esta a raiz da transformação observada por Vinogradoff, ao dizer que “a vontade e a influência do senhor são muito mais distintas e despóticas nos documentos do final do século XIII e do século XIV do que nos registros anteriores”.<sup>29</sup> Ao mesmo tempo, é possível que as propriedades menores, que deviam dispor de suprimento insuficiente de trabalho servil, possam ter exibido uma tendência a incentivar os arrendamentos em dinheiro pagos pelos arrendatários e a confiar, para o cultivo da propriedade senhorial, onde fosse praticável, no trabalho assalariado de homens livres.<sup>30</sup> Na França do século XII, ouvimos ocasionalmente vozes como a do abade de Cluny denunciando os opressores do campesinato que, insatisfeitos com as obrigações costumeiras, apresentavam novas exigências.<sup>31</sup>

<sup>26</sup> No referente ao tamanho dos estabelecimentos da Igreja no final da Idade Média, cf. algumas observações de Sombart, *Der Moderne Kapitalismus*, vol. I, 160-2.

<sup>27</sup> Cf. as observações de M. Bloch, *La Société Féodale: les classes et le gouvernement des hommes*, 16-24. Ver também nota 42.

<sup>28</sup> Cit. H.S. Bennett, *op. cit.*, pp. 138-9; também 105.

<sup>29</sup> *Villeinage in England*, p. 408.

<sup>30</sup> Kosminsky, *loc. cit.*

<sup>31</sup> Cit. Levasseur, *La Population Française*, vol. I, p. 147. Pirenne se refere a um estado de embaraço financeiro entre cavaleiros e mosteiros, em meados do século XIII, no continente (*op. cit.*, p. 82).

O resultado dessa pressão maior foi não só exaurir a galinha que punha ovos de ouro para o castelo, mas provocar, pelo desespero, um movimento de emigração ilegal das propriedades senhoriais: uma deserção *en masse* por parte dos produtores, que estava destinada a retirar do sistema seu sangue vital e a provocar a série de crises nas quais a economia feudal iria achar-se mergulhada nos séculos XIV e XV. Essa fuga de vilões da terra muitas vezes assumia proporções catastróficas tanto na Inglaterra como em outros lugares, e não apenas servia para aumentar a população das cidades crescentes, mas, principalmente no continente, contribuía para o predomínio das quadrilhas de proscritos, da vagabundagem e das *jacqueries* periódicas.<sup>32</sup> Na França, “quando o senhor permanecia inflexível, sua terra era abandonada: era o êxodo de toda a aldeia, ou mesmo de todo o cantão”, e “as deserções eram numerosas e contínuas”.<sup>33</sup> No século XII, por exemplo, os habitantes da Île de Ré desertaram *en masse* devido à severidade de seu senhor, que foi obrigado a fazer concessões para poder ficar com alguns trabalhadores.<sup>34</sup> Os senhores, por sua vez, recorreram, nos séculos XII e XIII, a acordos de ajuda mútua para a captura dos servos fugitivos, acordos esses que proporcionavam uma troca de cativos ou davam o direito de perseguição em território alheio. Entretanto, tão considerável se tornara o problema dos fugitivos e tão grande a necessidade de mão-de-obra que, a despeito dos tratados e promessas mútuas, desenvolveu-se uma competição para atrair e furtar os servos de um domínio vizinho — competição que necessariamente acarretava algumas concessões e cuja existência impunha seus próprios limites ao crescimento ulterior da exploração feudal. Em alguns casos, um senhor, para repovoar sua terra, abandonada devido à sua própria opressão, era forçado a vender imunidades, pondo limites às exações senhoriais, em troca de um arrendamento ou pagamento em dinheiro. Em certas províncias francesas, desenvolveu-se, desse modo, uma série de comunas rurais, formadas por uma associação de aldeias que, como as cidades, possuíam prefeito e jurisdição próprios.<sup>35</sup>

<sup>32</sup> A legislação inglesa cominava punições severas para essa fuga do serviço feudal, que incluíam a prisão ou marcação a fogo na testa. Havia até punições contra o aprendiz de um artesanato por parte daqueles que estivessem ligados a um solar, sendo proibido a qualquer homem que possuísse terras de valor anual inferior a £20 tornar seu filho aprendiz de um ofício (Denton, *op. cit.*, p. 222). Cf. também Lipson: “O sistema senhorial foi solapado não pela comutação, mas pela dispersão do campesinato... A deserção *en masse* da propriedade senhorial acelerou o fim da condição de vilão na Inglaterra.” *Econ. History of England*, vol. I (Middle Ages), ed. de 1937, 92-4.

<sup>33</sup> A. Luchaire, *op. cit.*, pp. 407-8.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 407.

<sup>35</sup> *Ibid.*, pp. 404-6, 411-14; M. Bloch, *La Société Féodale: La Formation des Liens de Dépendance*, 422-3.



Em certa medida, a sede feudal por uma renda maior foi satisfeita por um aumento da população; e o fato de ter havido certo crescimento demográfico até o ano de 1300 sugere que até então houvera certas regiões onde novas ofertas de terras cultiváveis se tornaram disponíveis, ou então a pressão das exações feudais não chegara ainda ao seu limite. Os dados referentes à população nessa época são poucos, mas aparentemente houve um crescimento demográfico considerável, tanto na Inglaterra como no continente, nos séculos XII e XIII.<sup>36</sup> É verdade que isso teria servido para proporcionar mais mão-de-obra para sustentar o sistema e fornecer uma renda feudal adicional, mas, a não ser em regiões onde o aumento em números foi seguido por um aumento de terra cultivável disponível para os camponeses (que, por sua vez, teria exigido um aumento suficiente em animais de tiro e instrumentos em mãos dos cultivadores), o resultado eventual tendia a ser um aumento na carga suportada pelos camponeses, devido à maior pressão sobre a terra disponível. De fato, tentativas consideráveis foram feitas para aumentar a área de cultivo no decorrer da Idade Média. Houve alguns esforços corajosos de colonização e recuperação de terras, aos quais certas ordens religiosas como a de Cluny e a cisterciense deram uma contribuição importante, como também o fizeram com relação à manutenção de estradas e ao incentivo das atividades artesanais; na Inglaterra, houve invasão de terras abandonadas e foram feitas entradas na floresta primeva; em Flandres, houve recuperação de terras conquistadas ao mar no século XII; na Alemanha, foram drenados os pântanos do Elba, Óder e Vístula. Entretanto, em geral havia pouco incentivo ou meios de melhorar a terra e há suficiente evidência de falta de terra no final do século XIII para sugerir que a extensão da área cultivável não acompanhara o aumento demográfico, sendo que, exceto em alguns poucos lugares, provavelmente este último não fora suficiente para contrabalançar a tendência ao declínio da produtividade do trabalho. Pressão sobre o solo já estava surgindo nos Países Baixos, na Saxônia, na Renânia, na Baviera e no Tirol por volta de 1200 e foi um fator no início da migração para o oriente;<sup>37</sup> tendo-se afirmado que depois do final do século XIV “os limi-

<sup>36</sup> Na Inglaterra, a população parece ter crescido de cerca de 2 milhões para 3,5 milhões entre a conquista normanda e o início do século XIV. Na França, o aumento foi provavelmente maior ainda. Levasseur sugere um aumento de 7 milhões no século XI para entre 20 a 22 milhões no século XIV, cifra que não foi superada no século XVI ou até mesmo durante a primeira década do século XVIII (*La Population Française*, vol. I, p. 169).

<sup>37</sup> J. Westfall Thompson, *Feudal Germany*, 496 e 521: “No século XII, em alguns distritos prósperos, a terra parece ter atingido doze vezes o valor que tivera no século IX, e daí em diante, até a segunda metade do século XIII, pode-se observar um aumento de cerca de 50%.

tes de aquisição de terra no solo florestal da Alemanha norte-oriental e interior da Boêmia já estavam atingidos”.<sup>38</sup>

Após 1300, no entanto, na maior parte da Europa ocidental, a população, em vez de aumentar como sucedera desde o ano 1000, parece ter entrado em declínio acentuado.<sup>39</sup> É impossível dizer com algum grau de verossimilhança se isso estava relacionado com um declínio da produtividade do trabalho nas terras dos camponeses, em virtude do crescimento demográfico dos séculos anteriores, ou se era um resultado direto das imposições feudais maiores sobre o campesinato. Parece muito provável, em vista disso, que tenha havido alguma ligação. De qualquer modo, seu efeito imediato foi ameaçar a sociedade feudal com uma retração da renda e precipitar o que podemos chamar de uma crise da economia feudal no século XIV. Em geral, tal declínio, tanto em número como em renda feudal, tem sido atribuído exclusivamente à devastação causada pelas guerras e pela peste. Ambas foram claramente responsáveis por muita coisa, mas, uma vez que o declínio começara algumas décadas antes do início da Peste Negra,<sup>40</sup> evidentemente tinha raízes econômicas. O próprio efeito destruidor da peste deve ter sido facilitado pelo estado de subnutrição da população (sendo a mortalidade advinda da pestilência, ao que parece, proporcionalmente maior entre as massas) e a escassez local de víveres atingiu tal proporção devido à ausência de reservas. Há alguma evidência a sugerir que o declínio agrícola na Inglaterra surgiu logo após 1300,<sup>41</sup> e provavelmente pela mesma época na França. Na Inglaterra do século XIV o despovoamento dos campos, e com ele a escassez de mão-de-obra, chegara a tal ponto

<sup>38</sup> Nabholz em *Camb. Econ. History*, vol. I, 396.

<sup>39</sup> Denton sugere que, na Inglaterra, a população parou de aumentar por volta do final do reinado de Eduardo II, e depois caiu repentinamente em meados do século XIV, após o que tendeu a manter-se estacionária num nível pouco superior à cifra do *Domesday* (cadastro das terras inglesas, estabelecido por ordem de Guilherme, o Conquistador) até a ascensão de Henrique VII (*England in the Fifteenth Century*, pp. 129-30). Quanto à Europa em geral, no século XIV, Pirenne diz ter ela entrado num período “não talvez de declínio, mas cessação de todo o progresso” (*loc. cit.*, p. 193).

<sup>40</sup> Lipson, por exemplo, fala dos salários como tendo “subido durante uma geração antes da peste varrer a Inglaterra”, acrescentando: “por conseguinte, a grande pestilência apenas intensificou, mas não originou, a crise econômica, pois o equilíbrio alterado no mercado de trabalho já começara a produzir seus efeitos” (*Econ. History of England*, vol. I, ed. de 1937, pp. 113-14).

<sup>41</sup> R.A.L. Smith apresenta os anos anteriores a 1320 como o início de “depressão agrícola aguda” em Kent; e, a partir dessa época, situa a política de exigir mais uma vez a execução de prestação de serviços anteriormente comutada nas propriedades da Igreja de Cristo, Canterbury — “os monges buscavam explorar ao máximo seus recursos de trabalho compulsório” (*Canterbury Cathedral Priory*, 125-7).

que, mesmo antes da Peste Negra, causara séria queda da renda feudal e uma tendência, em sentido oposto, a melhorar a propriedade senhorial e a reduzir seu tamanho por meio de arrendamentos feitos aos camponeses. Hoje, parece claro que esse arrendamento das propriedades foi mais uma expressão de crises econômicas do que fruto da crescente ambição de comerciar e desenvolver a que comumente se o tem atribuído no passado. No século XV, a evidência mostra que houve uma redução da área cultivada total, sendo maior a quantidade de terra retirada das propriedades senhoriais do que aquela arrendada a locatários.<sup>42</sup>

Na França, a escassez de mão-de-obra parece ter sido, mesmo antes do século XV, um fator contrário à extensão do cultivo das propriedades senhoriais. Não só grandes cessões de terra tinham sido feitas pelos senhores a seus vassallos e homens de armas, mas também terra tinha sido arrendada aos pequenos arrendatários em troca de uma parte da colheita (*tenures à champart*). Já mencionamos a tentativa de prender os trabalhadores à terra, como fonte de renda, pela emancipação parcial de servos a partir do século XIII em diante, tendência que encontramos não só na França como também na Renânia e em Flandres, às vezes por manumissão individual, às vezes pela venda da liberdade a aldeias inteiras (na Borgonha, onde o campesinato se mostrava especialmente pobre, em troca da entrega de parte de sua terra ao senhor). A par disso, desenvolveu-se uma tendência a trocar serviços de *corvées* na propriedade senhorial por pagamentos em dinheiro ou em espécie. Mas tais medidas, forçadas como eram mais pela revolta e pela fuga do que por iniciativa do senhor, não bastaram para deter a tendência ao despovoamento. "Em todas as partes (da França), aldeias inteiras, às vezes durante gerações seguidas, foram abandonadas",

<sup>42</sup> M. Postan, em *Econ. Hist. Review*, maio de 1939. O Professor Postan pergunta: até onde esse declínio das rendas senhoriais foi responsável pelo "gangsterismo político da época", que teve o efeito de solapar ainda mais a força da nobreza feudal? Tal gangsterismo, embora provavelmente aumentasse no século XV, parece ter caracterizado também o feudalismo em séculos anteriores (como o fez até mesmo de modo mais notório no continente, por exemplo, os "barões ladrões" da Renânia e de outras partes). Jusserand dá exemplos de assaltos e extorsões nas estradas por parte de bandos armados no século XIV, bandos que, sob o sistema conhecido como "manutenção", recebiam apoio dos mais destacados elementos do país, inclusive pessoas da corte e membros da família real, não excluindo o Príncipe de Gales, os preladados da Igreja e "a querida consorte" de Eduardo III, "a rainha". "Os grandes da terra e algumas pessoas de projeção menor também tinham os seus próprios homens, juramentados a seu serviço e prontos a fazer qualquer coisa que lhes ordenassem, o que consistia nos feitos mais monstruosos, tais como conseguir propriedades ou outros bens aos quais nem seus patrões nem quaisquer outros que pagassem a seus patrões para serem 'protegidos' tinham qualquer direito. Eles aterrorizavam os donos legais, os juizes e os jurados, raptando, espancando e mutilando qualquer oponente" (J.J. Jusserand, *Eng. Wayfaring Life in the Middle Ages*, 150-7).

com a floresta invadindo, em certas regiões, o que antes eram campos de cultivo e vinhedos; e "os dois últimos séculos da Idade Média foram em toda a Europa ocidental e central um período de 'mal-estar' e despovoamento rurais".<sup>43</sup> Na Alemanha ocidental e central uma influência importante foi a migração para o oriente, iniciada no século XII sob a atração do movimento colonizador, patrocinado por senhores guerreiros e pela Igreja nas novas terras além do Elba: colonização que ganhou impulso depois da "cruzada contra os vênedos" (essa "mistura sinistra de fanatismo e sede de terra", como Westfall Thompson a chama), resultando no extermínio parcial das tribos subjugadas e numa necessidade premente, por parte dos mosteiros e da Igreja, de suprimento de mão-de-obra para substituir os escravos que pagavam tributos nos novos territórios. Para povoar essas terras, concessões especiais foram feitas, de início para atrair colonos, e o resultado foi difundir a escassez de mão-de-obra não só na Saxônia e Vestefália, mas até mesmo tão longe quanto Holanda e Flandres, de onde vinham os imigrantes.<sup>44</sup> A ameaça constante de perder a população de suas terras, principalmente nas regiões onde as cidades crescentes e os *burgos* privilegiados agiam como ímã poderoso, juntamente com a resistência firme do campesinato à execução da prestação de serviços, foi um fator preponderante, na Alemanha ocidental, no declínio do cultivo das propriedades feudais e na tendência dos senhores "a reduzir suas exigências de prestação de serviços, para dissuadir os arrendatários de desertarem de suas propriedades", que vigorou com firmeza depois do século XII.<sup>45</sup>

## 3

A reação da nobreza a essa situação não foi absolutamente uniforme; e é da diferença nessa reação em diferentes regiões da Europa que depende uma grande parte da diferença na história econômica dos séculos seguintes. Em alguns casos, para atrair ou prender a mão-de-obra (como em partes da França, principalmente no Sul, depois da Guerra dos Cem Anos), os senhores foram forçados a concessões que representavam uma mitigação das obrigações servis e até, em certas ocasiões, uma substituição de uma

<sup>43</sup> M. Bloch, *Les Caractères Originaux de l'histoire rurale française*, 117-18; também 99-100, 104, 111-14; cf. também *Camb. Econ. Hist.*, vol. I, 295-321, e Bloch, *La Société Féodale: la formation des liens de dépendance*, 422-5. No século XVI, a atitude senhorial quanto à manumissão dos servos se enrijecera, e tal disposição deu lugar à oposição a concessões posteriores.

<sup>44</sup> J. Westfall Thompson, *Feudal Germany*, 400-39, 485, 501-2, 610.

<sup>45</sup> F.L. Ganshof, em *Camb. Econ. History*, vol. I, 295.

relação obrigatória por outra contratual, corporificada num pagamento em dinheiro. Já em outros casos eles reagiram com um estreitamento das obrigações feudais, com medidas mais firmes para a fixação dos servos a uma propriedade e para a captura dos fugitivos e uma reimposição de obrigações servis onde as mesmas tinham antes sido afrouxadas — a “reação feudal” sobre a qual tem havido tanto debate. Na Europa oriental, tal reação foi mais acentuada e mais bem-sucedida. Mesmo na Inglaterra existe evidência de uma tentativa de apertar os laços da servidão no século XIV. Hoje afirma-se em geral que essa reação à escassez de mão-de-obra que se seguiu à Peste Negra foi menos difundida do que se supunha e que raramente teve alguma medida de êxito apreciável. Contudo, é notório que tal tentativa foi feita, especialmente em certas propriedades monásticas.<sup>46</sup> Do virtual renascimento da servidão ocorrido em algumas partes do continente já citamos exemplos: nós o encontramos na Dinamarca e nos Balcãs, bem como, mais tarde, nos Estados bálticos, na Rússia, na Polônia, na Hungria e na Boêmia. Na Espanha, muçulmanos e judeus nas propriedades foram reduzidos à servidão e os camponeses foram degradados a ponto de serem mais tarde descritos como “piores do que escravos das galés”. Houve até certo revivescimento do tráfico de escravos no Mediterrâneo, para suprir os proprietários de terras com agricultores.<sup>47</sup>

É evidente que, aqui, fatores políticos e sociais desempenharam papel importante na determinação do curso dos acontecimentos. A força da resistência camponesa, o poder político e militar dos senhores locais, tornando o rumo fácil ou difícil, conforme o caso, para vencer a resistência camponesa e evitar pela força a deserção das propriedades, e a medida na qual o poder dos reis exercia sua influência para fortalecer a autoridade senhorial ou, pelo contrário, acolhia uma oportunidade de enfraquecer a posição de partes rivais da nobreza — tudo isso foi de grande importância para

<sup>46</sup> Isto é, em Canterbury (onde se iniciou antes de 1330), Ely, Crowland e em algumas propriedades do Bispado de Durham. Devemos lembrar, além disso, que o Estatuto dos Trabalhadores de 1351 não só estipulava o controle de salários, mas também tornava compulsório o serviço a um senhor para todas as pessoas pobres, *fossem servas ou livres*, e impunha restrições à sua liberdade de movimento; enquanto as decisões dos tribunais superiores quanto à aplicação das mesmas estipulavam que um senhor podia recapturar um vilão, a despeito de um contrato estatutário entre o último e outro empregador. Isso sugere que “a maquinaria dos tribunais senhoriais tornara-se inadequada para a tarefa de recobrar os vilões fugitivos, que os senhores precisavam de outros meios de reter trabalhadores, e que, portanto, um remédio foi-lhes proporcionado por intermédio do Governo central” (B.H. Putnam, *Enforcement of Statutes of Labourers*, 222, também 200-6).

<sup>47</sup> Cf. Boissonnade, *op. cit.*, 325-6. Também J.S. Schapiro, *Social Reform and the Reformation*, 54 em diante; J.K. Ingram, *History of Slavery and Serfdom*, 113 em diante.

decidir se a concessão ou a renovação da coerção viria a constituir a resposta senhorial à deserção e despovoamento e se, no caso da coerção ser tentada, a mesma daria bom resultado. Alguns autores têm manifestado a opinião de que, na Inglaterra, a influência dos tribunais e juízes reais agia como uma proteção (sem dúvida apenas parcial) dos direitos dos vilões contra atos arbitrários de opressão por parte de seus senhores, pelo menos quando tais atos não eram aprovados pela tradição,<sup>48</sup> e que, na França, o triunfo da monarquia absolutista serviu quando teve lugar, para limitar a extensão da “reação feudal”.<sup>49</sup> Os territórios a leste do Reno (até chegar-se à Polônia e Moscúvia), ao contrário, não testemunharam poder central comparável, ciumento da autonomia de senhores e príncipes e capaz de refrear o exercício desmedido de sua autoridade. Na Europa oriental e na Espanha, parecia que tanto a força militar como a autoridade política dos senhores locais continuaram relativamente altas. Na França e em Flandres, o feudalismo fora seriamente debilitado pela Guerra dos Cem Anos; ainda assim, em certas partes da França, a autoridade política dos senhores aparentemente continuou, por algum tempo, quase que intacta, e, acima de tudo, a Igreja, como organização internacional bem coesa, manteve sua força. Na Inglaterra, o baronato, que, ao contrário da Coroa (que em virtude da conquista normanda conseguira para si própria uma fonte independente de renda nas grandes propriedades da Coroa), nunca fora forte, foi posteriormente enfraquecido pelas Guerras das Rosas, a tal ponto que os nobres convocados para o primeiro parlamento de Henrique VII mal chegavam a ultrapassar a metade dos que tinham sido convocados no início do século.<sup>50</sup>

No entanto, embora possam ter contribuído, fatores políticos desse tipo dificilmente podem ser considerados suficientes para explicar as diferenças no curso dos acontecimentos nas diversas partes da Europa. A centralização política na Moscúvia e a redução do poder dos *boiardos* marcharam de par com uma intensificação da servidão, e, embora o surgimento da monarquia absolutista na França possa ter posto limites à reação feudal, não a fez reverter (pelo menos com consequência inicial). Todas as indicações sugerem que na configuração dos resultados os fatores econômicos devem ter exercido a influência principal. Todavia, no que concerne ao

<sup>48</sup> No entanto, esse fato é negado por Kosminsky (e antes dele por autoridades tais como Pollock e Maitland), que afirma que a lei comum inglesa defendia o direito dos senhores de aumentar os serviços dos vilões, sem restrição, e se recusava a ouvir as reclamações destes contra seus senhores (*Anglijskaia Derevnja v. 139 veke*, 206-9). A proteção, quando conferida em épocas posteriores, advinha provavelmente dos tribunais privilegiados, em vez dos de lei comum.

<sup>49</sup> M. Bloch, *op. cit.*, 132, 139.

<sup>50</sup> Denton, *op. cit.*, 257.

caráter preciso e à importância de tais fatores, não estamos plenamente supridos de dados idôneos. Uma influência para a qual nossa atenção se volta imediatamente é o tipo predominante de cultivo. Um domínio de pastos com relação à terra arável, por exemplo, afetaria claramente o desejo senhorial de prestação de serviços, tanto quanto esta própria seria influenciada pela escassez ou abundância de mão-de-obra. A qualificação de grandes áreas no Oeste e Norte da Inglaterra para a criação de ovelhas, bem como o desenvolvimento do comércio de lã, devem evidentemente ter predisposto os senhores situados nessas áreas aos pagamentos em dinheiro, em vez da prestação de serviços, que seria necessária em quantidade muito maior como base para o cultivo das propriedades senhoriais aráveis. No caso da Boêmia, um fator para o qual o Dr. Stark<sup>51</sup> chamou a atenção foi a necessidade imposta ao cultivo extensivo na base mais barata possível pelo comércio exportador de cereais e a limitação do mercado interno. Se tivesse prevalecido um cultivo mais intensivo, a qualidade do trabalho ter-se-ia mostrado uma consideração mais importante comparada à sua barateza e a preferência dos senhores pelo trabalho servil compulsório nos grandes *latifundia* poderia não ter prevalecido. Entretanto, que isso possa por si só dificilmente ser aceito como explicação satisfatória nos é sugerido ao considerarmos que a escolha de métodos extensivos de cultivo em tal caso deve ter sido, ela própria, determinada pela escassez e elevado preço do trabalho disponível para assalariamento (ou, alternativamente, a disponibilidade ou não de agricultores-arrendatários em potencial para cultivar a terra mediante uma renda em dinheiro), comparados à abundância de terra; e que houve outros casos, como o da Inglaterra e Países Baixos, onde a exportação crescente de cereais coexistia com uma tendência final distante das prestações de serviço.<sup>52</sup>

Em alguns casos nos quais as prestações de serviço fixadas pelo costume eram leves, poderia haver dificuldade em mobilizá-las; em tais casos, uma mudança para pagamentos em dinheiro poderia ser um modo de aumentar as obrigações do servo que mais aceitável lhe parecia, pois lhe oferecia maior liberdade pessoal, apresentando ao senhor a linha de menor resistência. É fato bem conhecido que o trabalho compulsório tendia a ser muito menos eficiente do que o trabalho efetuado pelos cultivadores em suas próprias terras e em seu próprio tempo; e, mesmo que o senhor se esforçasse por adotar uma supervisão adequada do trabalho, o rendimento desses serviços obrigatórios permanecia freqüentemente incerto e

<sup>51</sup> Stark, *op. cit.*

<sup>52</sup> No século XIII pode ter sido verdade, com relação à Inglaterra, que o crescimento da exportação de cereais fortaleceu a servidão. Kosminsky indica que naquele século a produção para exportação fortaleceu a servidão, mais notadamente nas regiões exportadoras de cereais, nos condados centrais e no vale do Tâmsa (*ibid.*, 227-8).

baixo. Às vezes, questões aparentemente sem importância, como o preço das provisões, podem ter influenciado a decisão (onde algumas provisões eram fornecidas aos trabalhadores nas propriedades senhoriais, mesmo quando não passavam de um pão ou um peixe e alguma cerveja); e encontramos diversas vezes, no Winchester Pipe Rolls, no decorrer do século XIV, a observação de que "o trabalho não vale o desjejum".<sup>53</sup> Em tais casos, a substituição do trabalho por tributos em espécie ou em dinheiro (pagos pelo trabalho mais eficiente do servo em sua própria terra) poderia tornar-se uma alternativa mais lucrativa para o senhor.

Mas, embora indubitavelmente muitos fatores tais como os acima referidos exercessem também influência contribuidora, parece evidente que a consideração fundamental deve ter sido a abundância ou escassez, o preço baixo ou elevado do trabalho assalariado na determinação da disposição do senhor em comutar ou não as prestações de serviço por pagamento em dinheiro, e se era lucrativo ou não para o mesmo, se forçado a tal.<sup>54</sup> De qualquer forma, tal consideração deve ter prevalecido onde a preocupação da economia feudal era produzir para um mercado e não apenas prover diretamente a casa senhorial. Se o senhor feudal dispensasse as prestações de serviço diretas, as alternativas à sua disposição seriam arrendar a propriedade ou contratar trabalho para seu cultivo por um salário em dinheiro. Tomemos o caso em que ele escolhesse esta última. O que fazia então o senhor feudal era converter um tipo existente de excedente (o de seus servos) de uma forma para outra (de serviços diretos para um pagamento em dinheiro ou em espécie) e investir na aquisição de um novo tipo de excedente — o proporcionado pelo trabalho assalariado. Para o emprego dessa mão-de-obra adicional era necessária a retenção de parte da terra como bem de raiz e a substituição, em seu cultivo, do antigo trabalho servil pelo novo trabalho. O camponês trabalhava agora durante todo o seu tempo, em vez de apenas parte dele, em sua "própria" terra — a terra à qual tinha estado tradicionalmente ligado, pagando ao senhor o produto desse tempo adicional de trabalho (ou então o resultado de sua venda no mercado local). Mas o novo tipo de cultivo da propriedade senhorial apresentava esta diferença em relação ao antigo. Qualquer tempo de trabalho dedicado à propriedade senhorial sob o regime da prestação de serviços era excedente puro para o senhor (à parte poucas despesas incidentais como o pão e a cerveja fornecidos aos trabalhadores nos campos que já

<sup>53</sup> A.E. Levett, *Results of the Black Death*, em *Oxford Studies in Social and Legal Hist.*, vol. V, 157.

<sup>54</sup> Cf. as observações de Kosminsky, *Anglikaia Derevnia v. 13<sup>o</sup> veke*, 52, 163; e de M. Postan, em *Trans. Ryl. Hist. Society*, 1937, 192-3.



mencionamos). A subsistência dos produtores era provida não com o produto de seu trabalho, mas com o tempo de trabalho gasto em sua própria terra. Era esta última que proporcionava, por assim dizer, o modo de cobrir a “despesa” do senhor — a terra distribuída a seus servos para o próprio cultivo destes e tal tempo de trabalho do qual não desejava apropriar-se, deixando-o disponível para os servos tratarem de sua própria subsistência. Portanto, o cultivo das propriedades senhoriais por esse método podia ser lucrativo até mesmo num baixo nível de produtividade do trabalho. A baixa produtividade reduzia a quantidade de produto disponível para nutrir o produtor e sua família, bem como a extensão do produto do senhor (dada a divisão do tempo de trabalho do servo entre trabalho para si próprio e trabalho obrigatório para seu senhor). Como sob o sistema de *métayage*, de partilha da produção, as más colheitas reduziam em muito a parcela do camponês e a do senhor feudal, mas não podiam fazer desaparecer de todo a parcela do último enquanto houvesse algum produto líquido a dividir. Sob o novo tipo de cultivo da propriedade senhorial, no entanto, a força de trabalho tinha, antes de mais nada, de ser comprada com salários; e, do produto desse trabalho, o equivalente a tais salários tinha de ser subtraído antes que começasse o que era o excedente para o senhor. Para que tal novo tipo de cultivo fosse vantajoso — aumentando o excedente disponível como renda feudal pelos métodos tradicionais — não bastava que o trabalho assalariado fosse mais eficiente do que o trabalho servil compulsório. A produtividade deve ter alcançado um certo nível mínimo. Em suma, podemos dizer que as condições para uma comutação das prestações de serviço e a transição para o cultivo da propriedade senhorial pelo trabalho assalariado foram duplas: a existência de uma reserva de mão-de-obra (sem terra, ou com terra insuficiente para manter sua subsistência, como a maior parte dos aldeões ingleses, e com tempo de trabalho disponível) e um nível de produtividade desse trabalho assalariado maior do que seus salários em quantidade significativa. Essa “quantidade significativa” que o excedente disponível do novo modo de produção tinha de atingir era uma espécie de *minimum sensible* necessário para atrair os donos de propriedades para seu uso. Às vezes, como se torna claro, essa margem teria de ser bastante ampla para vencer o conservantismo natural e persuadir os donos de propriedades de que o cultivo pelo trabalho assalariado apresentava vantagens substanciais e duradouras. Porém, no caso das propriedades que sempre tinham sido deficientemente supridas de trabalho servil, o fato de que o trabalho assalariado podia produzir até mesmo uma estreita margem de excedente acima do equivalente de seus próprios salários poderia bastar para sua adoção, desde que a reserva de mão-de-obra fosse prontamente disponível. Na verdade, temos o paradoxo de que, uma vez que tal nível de produtividade (relativo ao preço do trabalho assalariado) tivesse sido atingido, o trabalho assalariado poderia

mesmo ter sido *menos* eficiente do que o servil, e ainda assim seu uso ter-se mostrado vantajoso.<sup>55</sup>

Essa condição que postulamos para o funcionamento de uma tendência à comutação por iniciativa do senhor poderia ser satisfeita pelo trabalho excepcionalmente barato ou pelo trabalho excepcionalmente produtivo em relação aos padrões primitivos da época. Mas, além de barato ou produtivo, o trabalho tinha de estar disponível em dado momento e lugar com abundância. Daí, segue-se que a transição para o trabalho assalariado deveria ocorrer com mais probabilidade em tipos de cultivo onde o produto líquido do trabalho fosse alto e que o trabalho servil deveria ser mantido com mais probabilidade onde predominassem tipos de cultivo nos quais a produtividade do trabalho fosse baixa, ou por períodos de história econômica em que os métodos produtivos não tinham avançado para além de um nível muito baixo (a menos que este fosse contrabalançado pelo preço do trabalho assalariado sendo equivalentemente baixo, devido à miséria da população). Defrontamo-nos, também, com outro paradoxo: a própria miséria dos camponeses, tal como a descrevemos, criando o perigo de despovoamento das propriedades senhoriais, poderia levar os senhores a se mostrarem mais inclinados às concessões que reduziam as obrigações feudais, ou a comutar as prestações de serviço por um arrendamento, para evitar o despovoamento e porque a miséria que provocava a migração em massa tendia a tornar o trabalho assalariável bem barato (como pode ter sido fator significativo na França, por exemplo, durante e após a Guerra dos Cem Anos e em Flandres, durante o século XIII).<sup>56</sup> De modo inverso, onde a situação do cultivador era menos desesperadora e a terra disponível para ele mais abundante, ou, alternativamente, onde a mão-de-obra era excepcionalmente escassa devido ao avançado estágio alcançado pelo despovoamento (como parece ter sido um fator decisivo na Europa oriental depois da Guerra dos Trinta Anos), a autoridade senhorial ter-se-ia inclinado a insistir

<sup>55</sup> O excedente disponível do trabalho assalariado não precisava ser maior do que o proporcionado pelo trabalho servil (= o produto do trabalho servil quando a serviço do senhor), pois, embora estejamos supondo que o trabalho assalariado está sendo substituído pelo servil na propriedade senhorial, não está sendo substituído, mas adicionado ao servil como uma fonte de excedente. Se supusermos que o senhor tenha comutado a prestação de serviços ao equivalente ao que o tempo de trabalho excedente dos servos poderia produzir quando dedicado ao cultivo da propriedade senhorial, então o senhor ganharia com a mudança, se o novo trabalho assalariado produzisse qualquer excedente acima de seus salários, pois teria agora tal excedente como um acréscimo ao que receberia como taxas comutadas de seus servos.

<sup>56</sup> Parece existir alguma evidência de que a tendência à comutação e manumissão ocorridas em Flandres a partir da segunda metade do século XII foi acompanhada pelo aparecimento de uma classe substancial de camponeses com posses pequenas demais para delas obter seu sustento e, até mesmo, de uma classe sem terra (cf. L. Dechesne, *Histoire Economique et Sociale de la Belgique*, 62-5).



na retenção das prestações de serviço e a aumentá-las com novas exigências, em vez de comutá-las. Constitui, seguramente, testemunho muito significativo da importância destacada desse princípio citado por nós que o século de trabalho escasso e caro na Inglaterra tivesse assistido a tentativas de reimposição das antigas obrigações, enquanto que tal reação deveria ter enfraquecido e dado lugar a uma tendência renovada à comutação em meados do século XV, quando as lacunas na população tinham sido suficientemente preenchidas para que ocorresse alguma baixa nos salários, a partir do auge da parte final do século XIV.<sup>57</sup> Certamente também é significativo que fosse a leste do Elba, onde o trabalho estava mais estreitamente difundido em comparação à terra disponível, que a "segunda servidão" tivesse encontrado sua guarida mais segura; e que na Rússia, por exemplo, tenha sido nos séculos em que a fronteira em expansão da colonização cossaca no Sul e Sudeste entrasse em evidência, atraindo o trabalho camponês fugitivo da Moscôvia central com a visão de terra livre, que o movimento no sentido da servidão definitiva do cultivador e sua ligação legal ao solo se tenha desenvolvido.<sup>58</sup>

Se considerarmos a outra alternativa possível para o senhor feudal — substituir as prestações de serviço, não pelo cultivo de sua propriedade com trabalho assalariado, mas pelo arrendamento desta a arrendatários — considerações análogas parecem aplicar-se. É verdade que, para a escolha senhorial de arrendar a propriedade, certas considerações especiais são pertinentes e não encontram paralelo entre as influências que decidem sua escolha entre o cultivo da propriedade com servos ou com trabalho assalariado. Pelo arrendamento, por exemplo, ele poderia poupar certa quantidade (talvez considerável) de despesas de sobrecusto de administração da propriedade — o recebimento de aluguel, em outras palavras, poderia mostrar-se muito mais barato do que a manutenção de um quadro de intendentes e bailios. Talvez mais importantes poderia ser o estado favorável ou desfavorável do mercado local para os produtos da propriedade,

<sup>57</sup> Cf. H. Nabholz em *Camb. Econ. History*, vol. I, 520. Os salários, entretanto, continuaram substancialmente mais altos do que no início do século XIV, e em 1500 podem ter alcançado quase o dobro do que tinham alcançado em 1300.

<sup>58</sup> Quanto à escassez de mão-de-obra na época, cf. P. Liashchenko, *Istoria Narodnovo Khoziaistva, S.S.R.R.*, vol. I, 157; A. Eck, *Le Moyen Âge Russe*, 225, 257. Não há contradição real entre o que se diz aqui e a referência feita acima à fuga de camponeses na França do século XIII e alhures, o que levava a concessões senhoriais na forma de manumissões e comutações. Tal tendência em seus estágios iniciais pode resultar em concessões para restringir o êxodo, mas, quando chega ao ponto de despovoamento real, é bem mais provável que resulte em medidas compulsórias para trazer de volta os fugitivos e prendê-los ao solo. Há também uma distinção entre a comutação forçada a um senhor contra a sua vontade, pela ameaça de rebelião camponesa, e aquela com a qual concorda de bom grado, ou até mesmo é de sua iniciativa.

especialmente a proporção entre preços agrícolas e preços de produtos artesanais e mercadorias importadas; um movimento desfavorável do qual, no século XIV (devido em parte ao crescente fortalecimento das guildas urbanas), pode ter sido um fator a predispor os donos de propriedade ao arrendamento da propriedade senhorial.<sup>59</sup> Um fator que talvez tenha contribuído pode ter sido o surgimento de uma camada de camponeses mais prósperos, ávidos por reunir um campo a outro como meio de aperfeiçoar o cultivo e o progresso social, sobre o qual falaremos adiante. Não há dúvida de que fatores como estes foram decisivos na determinação de qual alternativa para as prestações de serviço o senhor feudal adotava: arrendar ou assalariar mão-de-obra. *Grosso modo*, entretanto, para que se fizesse a escolha entre prestação de serviços e arrendamento e aquela entre a primeira e trabalho assalariado, os mesmos fatores fundamentais na situação, em ambos os casos, eram evidentemente pertinentes. Quanto mais escassa a terra com relação à mão-de-obra em qualquer dado momento e lugar, mais alta deveria ser a rentabilidade da terra e, por isso, tanto maior o incentivo a adotar uma política de arrendamento, em vez do cultivo de propriedades com prestação de serviços, enquanto o oposto deveria aplicar-se onde a terra fosse abundante e os seres humanos fossem escassos.

No entanto, quando aludimos aqui ao que talvez possamos chamar de proporção entre terra e mão-de-obra em determinado lugar e momento, devemos nos precaver para não conceber a mesma num sentido demasiadamente abstrato. O que era relevante para a demanda do senhor por mão-de-obra (ou, alternativamente, de locatários) era, é claro, a terra em sua posse (e no caso de sua demanda de mão-de-obra, a quantidade de terra que desejava cultivar), além daquela que, por antiga tradição, era dos camponeses, ao passo que não apenas a ausência ou abundância de mão-de-obra disponível para fazer frente a essa demanda senhorial se mostrava decisiva, mas também sua explorabilidade — sua concordância em receber sobrecargas em troca de uma renda modesta, ou pagar um arrendamento elevado como

<sup>59</sup> No que diz respeito a isso, baseei-me em E. Miller do St. John's College, Cambridge, que atribui a mudanças nessa "tesoura de preços" um papel destacado nos acontecimentos em fins da Idade Média. Entretanto, o efeito preciso de tais mudanças de preço poderia não ser sempre uniforme, uma vez que dependeria, por um lado, de quão inelástica fosse a demanda de renda por parte dos proprietários de terra e, por outro, das possibilidades de arrendar a propriedade senhorial em termos favoráveis. Já observamos que, nas propriedades do Priorado da Igreja de Cristo, em Canterbury, o declínio das receitas advindo da venda de cereais a partir da terceira década do século XIV, que pode ter-se ligado a um movimento desfavorável dos preços de mercado, foi acompanhado por uma *intensificação* das prestações de serviço e não o contrário. "As contas de todas as propriedades mostram que entre 1340 e 1390 foram executadas prestações de serviço completas" (Smith, *op. cit.*, 127).

preço de uma pequena concessão de terra; isso tendia a estar em proporção inversa à quantidade de *terra camponesa* disponível, comparada à população campesina, e também à quantidade de gado, animais de tração e instrumentos de trabalho possuídos pelos camponeses e à qualidade do solo e da técnica agrícola da aldeia. Além disso, a extensão da diferenciação social entre os próprios camponeses, criando uma *camada* de camponeses empobrecidos com pequenas posses, poderia, nesse particular, ser ainda mais importante do que a superfície total de terra camponesa disponível para toda a aldeia. É bem possível que qualquer ligação existente entre o crescimento do mercado e a transição para arrendamentos ou para assalariamento do trabalho funcionasse *através* do efeito do comércio sobre esse processo de diferenciação entre os próprios camponeses, em vez de fazê-lo *através* de sua influência direta sobre a política econômica do senhor, como se tem admitido habitualmente.

Para evitar uma simplificação indevida, mais uma vez temos de lembrar que a posição com referência ao suprimento de trabalho servil era muitas vezes diferente em propriedades de tamanhos diferentes; tal consideração explica muita coisa que, a princípio, parece contraditória, bem como muito das políticas conflitantes entre as diversas categorias da nobreza feudal. Sucedia com freqüência que as propriedades menores — os *barones minori* na Inglaterra, os cavaleiros na Alemanha e os pequenos *pomiestchiki* do século XVI na Rússia — fossem muito menos supridas de trabalho servil em comparação às suas necessidades do que acontecia com as propriedades maiores, especialmente as da Igreja. Além disso, quando as “atrações” ou seqüestros de servos por um proprietário à custa de outro ocorriam, eram os pequenos proprietários os que mais sofriam com a competição e deprecação por parte de seus vizinhos mais ricos e mais poderosos, mostrando-se por isso os mais desejosos de adquirir a proteção da lei para melhor prenderem a mão-de-obra à terra e devolverem os fugitivos a seus legítimos donos. Como exemplo, basta citar a legislação de Bóris Godunov na Rússia, especialmente seus decretos de 1597 e 1601. Com eles, o tzar despertou a inimizade dos grandes *boiardos*, por sua consideração pelos interesses dos pequenos proprietários. Às vezes, no entanto, como observamos antes, isso apresentava um efeito oposto. Se a quantidade de trabalho servil que uma propriedade conseguia mobilizar se situasse abaixo de certa cifra limite, seu senhor era forçado pela necessidade a confiar principalmente no trabalho assalariado, se achasse que valia a pena cultivar a propriedade; e a questão da medida de serviços compulsórios que podia obter de cada um de seus servos relativamente pouco lhe concernia, sendo de qualquer modo muito menos importante para ele que para seu vizinho mais rico. Se o trabalho assalariado não fosse disponível, a alternativa possível não era aumentar ou estender as prestações de serviço (pois estas seriam inadequa-

das em qualquer caso), mas abandonar o cultivo da propriedade e achar para a terra arrendatários que lhe pudessem pagar um aluguel pelo seu uso.<sup>60</sup>

Quer tenha sido a má situação econômica, em particular a dessas pequenas propriedades nos anos difíceis dos séculos XIV e XV na Inglaterra, ou o empreendimento dos aldeões ambiciosos, o fator mais responsável, uma posterior série de acontecimentos parece ter contribuído em grau nada pequeno para o aumento dos arrendamentos e o crescente uso do trabalho assalariado. Trata-se da já mencionada diferenciação econômica crescente entre os próprios camponeses e do surgimento, na aldeia, de uma facção de camponeses-agricultores relativamente prósperos, por essa época. Ambiciosos e capazes de acumular uma pequena importância de capital e incentivados pelo crescimento do comércio local e seus mercados, tais agricultores foram provavelmente capazes de executar um cultivo mais eficiente, ansiosos por aumentar suas posses arrendando mais terra e por usar os serviços assalariados de seus vizinhos mais pobres. Como titulares solventes de tais arrendamentos feitos pelo senhor da propriedade, o que lhes faltava em explorabilidade derivada da pobreza (e nesse particular não resta dúvida que podiam ser pechincheiros dos mais espertos), eles poderiam ter mais do que compensado pelo desejo de adquirir mais terra como especulação sobre os lucros aumentados da agricultura melhorada. O registro detalhado dos animais que criavam não estava presente nos relatórios dos bailios, como sucedia com o cultivo das propriedades senhoriais, por isso eles se mostram uma das páginas mais obscuras da história. Parece provável, no entanto, que formassem um tipo de classe *kulak* na aldeia inglesa dos séculos XIV e XV, cuja história, quando inteiramente narrada, poderá apresentar muita coisa em comum com sua contrapartida na história da aldeia russa no século XIX. Tal desenvolvimento em tal época poderá à primeira vista parecer estar em contradição com o quadro de pobreza aldeã e crises agrárias traçado acima. Não resta dúvida de que é uma qualificação desse quadro, porém deixa de ser uma contradição se examinarmos mais de perto a situação. Na verdade, a inclusão desse elemento em nosso quadro pode explicar muita coisa aparentemente intrigante na evidência contrária a respeito da economia aldeã da época. É claro que as desigualdades em tipo de solo, situação e fortuna dariam naturalmente lugar a diferenciações entre os próprios camponeses, e até mesmo entre a população de uma determinada propriedade; diferenciação que, no decorrer de um século, tenderia a aumentar e a tornar-se considerável por meios hoje bastante conhecidos. Pode ser que um número apreciável daqueles que arrendavam (ou, às vezes, até mesmo compravam) terra nesse

<sup>60</sup> Cf. Eileen Power sobre “Effects of the Black Death on Rural Organization in England”, *History*, iii (NS.), 113.

período fosse de pessoas numa posição especial, como alcaides ou funcionários senhoriais.<sup>61</sup> Marx comentou que “alguns historiadores demonstraram espanto pela possibilidade de trabalhadores forçados, ou servos, adquirirem qualquer propriedade independente ... sob tais circunstâncias, pois o produtor direto não é um proprietário mas apenas um explorador e porque todo o seu trabalho excedente pertence legalmente ao dono da terra”; e assinalou que, na sociedade feudal, a tradição e o costume desempenham um papel muito poderoso e fixam a partilha do produto entre servo e senhor durante longos períodos. O resultado, portanto, pode ser o de que o senhor se veja excluído do direito aos frutos de qualquer produtividade anormal do tempo de trabalho de um servo, dedicado à sua própria terra.<sup>62</sup> Na Inglaterra do século XIII, Kosminsky afirma ter achado “uma camada distinta de campesinato superior”, juntamente com “uma seção bem significativa de campesinato pobre”, sendo tal diferenciação observável tanto entre as posses dos vilões quanto entre as propriedades “livres”, embora mais pronunciada entre as últimas do que entre as primeiras.<sup>63</sup> Entre essa época e a abertura do século XV, tais diferenças devem ter aumentado consideravelmente. Em 1435, ao que se diz, um servo numa propriedade do castelo de Combe deixou 2.000 libras ao morrer, e os arrendatários servis são vistos cultivando centenas de acres.<sup>64</sup> O fato de que a massa da população aldeã na qual o sistema confiava para sua força de trabalho era miseravelmente pobre não deveria impedir uma camada *kulak* superior, que acumulara bastante capital para dispor de métodos aperfeiçoados, mais terra e algum trabalho assalariado (talvez apenas em certas estações do ano) de ser moderadamente próspera. Ao contrário, a pobreza aldeã tem sido sempre o solo no qual o usurário da aldeia e o pequeno empregador podem nutrir-se melhor. Existe evidência de que aldeões às vezes serviam como trabalhadores sob os arrendatários maiores e alguns residentes das aldeias chegavam a assalariar mão-de-obra para ajudá-los nos trabalhos de colheita

<sup>61</sup> Cf. M. Postan em *Econ. Hist. Review*, vol. XII, 11-12. Nas propriedades do Priorado da Igreja de Cristo em Kent, no final do século XIV, os arrendamentos das mesmas eram às vezes feitos pelos sargentos dessas propriedades — funcionários “recrutados principalmente entre a classe emergente de camponeses prósperos”. Em geral, “há muita evidência a demonstrar que os *firarii* eram via de regra camponeses prósperos e pequenos proprietários” (Smith, *op. cit.*, 193).

<sup>62</sup> *Capital*, vol. III, 923-4.

<sup>63</sup> Artigo sobre “O campesinato inglês no século XIII”, em *Srednia Veka*, publicado pelo Instituto de História, Academia de Ciências, U.R.S.S., p. 46; e *op. cit.*, 219-23. Kosminsky admite, no entanto, que sua evidência a respeito dessa camada superior seja menor do que desejaria que fosse.

<sup>64</sup> Curtler, *op. cit.*, 62.

para o senhor.<sup>65</sup> E o número crescente daqueles cujas posses ou equipamento eram inadequados para seu sustento, que era um aspecto da diferenciação econômica, era evidentemente, em si mesmo, um fator importante nas modificações econômicas dos séculos XV e XVI, afetando como afetava tão diretamente a reserva imediata de mão-de-obra barata para assalariamento. Tampouco era a prosperidade desses agricultores plebeus melhorados incompatível com uma crise do cultivo da propriedade senhorial. É bem possível que o surgimento dessa camada de camponeses mais prósperos se relacionasse com a tendência à consolidação de faixas e de rotação melhorada que podemos observar por volta do fim do século XV, e que esse grupo favorecido da população rural ganhasse bastante com a queda no valor do dinheiro nos tempos dos Tudor. Esta queda (em vista dos arrendamentos em dinheiro pré-fixados ou “variáveis”) servia para transferir-lhes renda da classe proprietária da terra e, assim, para assimilar a pequena nobreza e o campesinato superior daquela maneira que foi tão característica da Inglaterra dos Tudor.<sup>66</sup>

No entanto, não devemos supor que o simples fato de uma mudança de prestações de serviço para pagamentos em dinheiro, ou uma transição para arrendamento da propriedade senhorial, representassem uma libertação do cultivador das obrigações servis e sua substituição por uma relação contratual livre entre ele e o dono do solo. E a opinião comum que virtualmente identifica um declínio das prestações de serviços com uma dissolução da servidão feudal é claramente falsa. O movimento que tinha ocorrido num estágio inicial do feudalismo, de um sistema de tributo compulsório, em espécie ou em dinheiro, para um sistema de cultivo da propriedade senhorial com prestação de serviços numa era em que a necessidade feudal de renda tornara-se relativamente grande e o trabalho relativamente escasso,

<sup>65</sup> Cf. *Customals of Battle Abbey* (Camden Socy. Pubns.) xviii, xxxix, 22-3. Para um exemplo no século XIV de vilões que empregavam aradores e não conseguiam êxito em queixa legal contra seu senhor, o abade, sob o fundamento de ter este lhes tirado os servos, ver B.H. Putnam, *op. cit.*, 95.

<sup>66</sup> Quanto à evidência detalhada desse surgimento de uma seção próspera do campesinato, cf. Tawney, *Agrarian Problem in the Sixteenth Century*, principalmente 72-97. O autor também deve a Rodney Hilton, de Balliol, Oxford, esclarecimentos sobre este ponto, tirados de obra inédita sua. No Leicestershire, no século XVI, um estudo de inventários mostra que “mesmo se omitirmos a classe dos proprietários rurais (menos ricos que muitos pequenos proprietários rurais, pelo menos em propriedades pessoais) descobriremos que 4% da população rural possuía um quarto das propriedades pessoais, e 15,5% metade delas”, havendo provavelmente “uma medida maior de desigualdade na propriedade da terra” (W.G. Hoskins, *The Leicestershire Farmer in the Sixteenth Century*, 7-8). Na segunda metade do século, houve muita compra de terra pelos pequenos proprietários rurais, inclusive propriedades senhoriais completas, tornando-se os últimos desse modo proprietários rurais (*ibid.*, 29)

estava invertido agora. Mas, embora o tributo mais uma vez substituísse os serviços, não perdeu necessariamente seu caráter compulsório, enquanto o produtor não teve liberdade de mudar-se e sua subsistência esteve virtualmente dependente da vontade do senhor. Nem podemos supor sempre que a comutação acarretasse um alívio real dos encargos feudais. O quanto a comutação constituía uma modificação substancial das relações feudais variava amplamente com as circunstâncias do caso. Em muitos casos, é verdade que a mudança de serviços obrigatórios para um pagamento em dinheiro representava alguma modificação dos mais antigos encargos e uma mudança de forma que abria o caminho para posteriores alterações mais substanciais. Onde a mudança ocorria como concessão obtida pela pressão dos próprios cultivadores, esse era mais notadamente o caso. O mesmo sucedia com o arrendamento da propriedade senhorial, que se devia primordialmente aos embaraços econômicos do proprietário. No entanto, existiam também muitos exemplos em que a comutação envolvia não uma mitigação, mas um aumento dos encargos feudais. Nesse caso, tratava-se apenas de uma alternativa para uma imposição direta de serviços adicionais. A comutação mostrava esse caráter com mais probabilidade onde o recurso à mesma era principalmente iniciativa do senhor, e a tentativa de aumentar a renda feudal presumivelmente assumiu essa forma devido a uma relativa abundância de mão-de-obra. É muito possível que a tendência à comutação que achamos na Inglaterra já no século XII fosse desse tipo. Grande parte da comutação ocorrida nesse período se efetuou aparentemente a um preço bem superior do valor de mercado dos serviços (tanto quanto isso possa ser avaliado). De modo algum todas as mudanças para pagamentos em dinheiro constituíram uma comutação no sentido apropriado do termo. Muitas delas assumiram a forma de *opera vendita*, não permanentemente, mas de ano para ano, à vontade do senhor, que retinha o direito de reverter à sua exigência de prestação de serviços quando lhe convinha.<sup>67</sup> Foi provavelmente a pressão da população sobre a terra dispo-

<sup>67</sup> Lipson, *op. cit.*, 91-2; Levett, *op. cit.*, 150. Sobre a natureza temporária de muitos pagamentos em dinheiro e o direito do senhor em reverter às prestações de serviço, cf. *Camb. Econ. History*, vol. I, 511; também N. Neilson, *Customary Rents* (em *Oxford Studies in Social and Legal History*), 49. Sobre as propriedades do Priorado de Canterbury, os serviços que tinham anteriormente sido postos *ad denarios* foram exigidos novamente depois de 1315. (Cf. R.A.L. Smith, *op. cit.*, 125-6). Isso pode bem ter-se ligado ao ligeiro aumento de salários que parece ter-se seguido às más colheitas (e escassez de mão-de-obra como resultado das mortes) em 1315, 1316 e 1321. (Thorold Rogers em *Economic Interpretation*, 16-17).

Na verdade, como Richard Jones assinalou, as rendas em dinheiro, em vez de constituírem marcos de independência do agricultor, em geral agiam nas comunidades primitivas em desvantagem desse último e em vantagem do senhor, posto que depositavam as dificuldades e riscos de comercialização sobre os ombros do camponês (*Lectures and Tracts on Pol. Economy*, Whewell ed., 634).

nível da aldeia, tornando mais difícil ao aldeão obter sua subsistência e, conseqüentemente, tomando o trabalho assalariado barato e relativamente abundante — o tempo de trabalho disponível dos aldeões mais pobres e das famílias para as quais não existia terra nos campos abertos — que proporcionou incentivo a essa comutação.<sup>68</sup> O Professor Kosminsky, que fala da “economia de aldeões” nessa época como representando “uma reserva de mãos trabalhadoras para as propriedades”, observa também que “a posse livre” via de regra é posse feudal dependente, pagando renda feudal, muitas vezes próxima em aparência a uma posse servil, da qual emergira recentemente. As posses por arrendamento, em qualquer forma que surgissem, muitas vezes estavam ligadas à execução de obrigações do tipo servil”.<sup>69</sup> Contrariamente, um século mais tarde, a tendência inversa no sentido da restauração das prestações de serviço pode ter sido devida a uma drenagem da mão-de-obra para as cidades nascentes, tanto quanto ao estímulo proporcionado por um mercado em expansão para o cultivo da reserva senhorial; exatamente como foi a escassez de mão-de-obra e os salários crescentes das décadas médias do século XIV o que mais uma vez fortaleceu a relutância dos donos da terra em aceitar pagamentos em dinheiro *em lugar* das prestações de serviço, levando-os a cobrar um preço maior em dinheiro pela comutação onde a mesma ocorreu<sup>70</sup> (embora a ameaça de deserção da propriedade, que após a Peste Negra assumiu sérias proporções, viesse, pouco mais tarde e em muitos casos a forçar os senhores a fazerem concessões substanciais a seus dependentes).

Talvez a medida de comutação efetuada no primeiro período tenha sido exagerada, e aqueles que a tenham acentuado tenham sido levados a fazê-lo, em parte por uma suposição demasiado fácil de que, onde as rendas em dinheiro eram encontradas, constituíam produtos da comutação em alguma data recente, em vez de serem sobrevivências por todo o período feudal (como sugerem o Professor Kosminsky e o Dr. Neilson),<sup>71</sup> e em parte porque tenham suposto que as obrigações perante um senhor *avaliadas* em dinheiro nos registros fossem obrigatoriamente *pagas* a ele sempre

<sup>68</sup> Kosminsky, *op. cit.*, 114.

<sup>69</sup> Kosminsky, “Angliškoe Krestianstvo v. 13<sup>o</sup> veke” em *Collected Papers, History*, Univ. Estatal de Moscou, 41, 1940, pp. 113-14. Noutras partes, Kosminsky assinala que “o vilão pagando renda em dinheiro continuava a ser um vilão, e sua posse ficava à vontade do senhor e de acordo com o costume senhorial” (em *Srednia Veka*, Instituto de História, Academia de Ciências, U.R.S.S., 63), enquanto acentua ao mesmo tempo que “as fronteiras (entre a posse servil e a livre), tão claras na teoria jurídica, na prática achavam-se muito longe disso, estando as últimas às vezes sujeitas a obrigações tais como o *merchet* (proporcionar a armadura ao senhor, no momento de herdar) e o *heriot* (entregar a melhor besta) (*ibid.*, 44).

<sup>70</sup> Lipson, *op. cit.*, 106.

<sup>71</sup> Neilson, *op. cit.*, 48; Kosminsky, *Angliškaia Derevnia v. 13<sup>o</sup> veka*, 75-6, 176-80.



em forma monetária.<sup>72</sup> No entanto, fosse em grande ou relativamente pequena escala, essa primeira transição de serviços para pagamentos em dinheiro nada mais era que o início de uma tendência que iria operar com força muito maior no século XV. Em fins desse século, a ordem feudal se desintegrara e enfraquecera sob vários aspectos. É verdade que a revolta camponesa do século anterior foram suprimida (ainda que pela astúcia e pela força das armas), mas seu fantasma continuara a assombrar a antiga ordem na forma de uma ameaça constante de fuga dos camponeses da propriedade para as florestas ou montanhas, ou para engrossar o número crescente de jornaleiros e artesãos das cidades. As fileiras da antiga nobreza achavam-se diminuídas e divididas, e as propriedades menores, carentes de prestações de serviço, passaram a arrendar ou a assalariar o trabalho assim que o aumento de população e especialmente o dos contingentes do campesinato mais pobre tornaram novamente barata a mão-de-obra. Os mercados estavam comprando terras, propriedades estavam sendo hipotecadas e uma classe *kulak* de camponeses-agricultores mais prósperos estava se tornando séria competidora nos mercados locais e como empregadora rural de trabalho. Mas isso não era ainda o fim, e nem a batalha de Bosworth nem os cercamentos dos campos no século XVI marcaram a desintegração final do modo de produção feudal, que só viria com o século da guerra civil inglesa. “A servidão pessoal” (como afirma Lipson) “sobreviveu à decadência da servidão econômica” e muitos servos continuaram servos sob os Tudor. Em 1537, a Câmara dos Lordes rejeitou um projeto de lei para a manumissão dos vilões. A obrigação de moer no moinho do senhor, o pagamento do *heriot*, os trabalhos de usança e até mesmo “jornadas de colheita” sobreviveram em algumas partes do país no final do século XVI. Os foreiros continuaram, no século XVII, a ocupar suas terras “pelos costumes da propriedade senhorial” (isto é, sujeitas à jurisdição do tribunal senhorial) e não foi senão em 1646, sob o Commonwealth, que as tenências feudais finalmente foram abolidas.<sup>73</sup> Além disso, durante o século XVII, e até o século XVIII, a liberdade de movimento do trabalhador no campo era na prática severamente restringida pelo fato de que deixar a freguesia requeria virtualmente a permissão de seu antigo senhor (sob o sistema

<sup>72</sup> *Ibid.*, 96. Quanto à evidência relativa à East Anglia, de pagamentos generalizados em dinheiro, tanto pelos arrendatários livres quanto pelos não-livres no século XII, cf. D.C. Douglas no vol. IX de *Oxford Studies in Social and Legal History*. Quanto às rendas em dinheiro ainda mais antigas na Inglaterra saxônica, que podem ter sobrevivido na Inglaterra normanda, cf. J.E.A. Jolliffe, *Constitutional Hist. of Medieval England*, 20-1, e *Pre-Feudal England*, *passim*.

<sup>73</sup> Lipson, *op. cit.*, 111-112. Também L. Rowse, *Tudor Cornwall*, 48-9.

pelo qual tinha de obter um atestado do Constable para tornar legal sua partida).<sup>74</sup>

A respeito das obrigações feudais existem, portanto, duas perguntas analiticamente distintas, que são distinguidas com menos freqüência do que requer a clareza de pensamento. Em primeiro lugar, vem a questão da natureza da obrigação imposta ao servo, por exemplo, se o excedente lhe é exigido na forma de trabalho direto nas *reservas* senhoriais, ou na forma de produto que tenha cultivado em sua própria terra (como no caso do antigo *gaïol* saxão), ou diretamente como produto, ou em dinheiro, como parte do rendimento do mesmo depois de vendido. Em segundo lugar, temos a questão do grau de subordinação no qual o servo se situa relativamente ao seu senhor e o conseqüente grau de exploração a que o primeiro se acha sujeito. Uma mudança na primeira questão de modo algum se acha ligada a uma mudança da segunda. E os motivos para uma alteração na quantidade de obrigações feudais e em sua natureza não apresentam necessariamente grande afinidade entre si. Aconteceu que, na “reação feudal”, o desejo de fixar de modo mais firme o camponês à terra, privando-o de liberdade de movimento, e o de aumentar as obrigações que lhe eram impostas coincideram na maioria dos casos, com uma tendência à volta ao uso das prestações de serviço no cultivo da reserva senhorial, ao passo que, na Inglaterra dos últimos dias de servidão, a tendência à comutação parece ter marchado paralela a um abrandamento dos encargos feudais. Entretanto, tal coincidência nem sempre se registrou. Contudo, em suas raízes históricas, os dois tipos de mudança parecem ter em comum o seguinte: vimos que a escassez de mão-de-obra (comparada à terra que o senhor tinha disponível para cultivo e às necessidades dos modos de cultivo predominantes) em geral conferirá grande valor às medidas de compulsão para prender a mão-de-obra à terra e aumentar as obrigações a que ela está sujeita, ao passo que, se o cultivo da reserva senhorial for praticado pelo senhor, a escassez de mão-de-obra conferirá ao mesmo tempo grande valor ao cultivo daquela terra pelas prestações de serviço diretas, em vez de trabalho assalariado. Fatura e barateza da mão-de-obra, em qualquer caso, tenderão a ter um efeito contrário. Portanto, permanecendo iguais as demais condições, há razões,

<sup>74</sup> Esse sistema de passaporte ou licença para trabalhadores datava de um Estatuto de 1388, onde se determinava que “nenhum servo ou trabalhador, homem ou mulher, parta . . . para servir ou residir noutra parte, a menos que tenha consigo uma carta-patente contando a causa da ida e a data de seu regresso, caso tenha de regressar, sob a autoridade do Rei”. Cf. *English Economic History: Select Documents*, Bland, Brown and Tawney, orgs., 171-6; também 334-5, 352-3; também E. Trotter, *Seventeenth Century Life in the Country Parish*, 138-9, onde é dado também um exemplo de arrendatários que pagavam ainda “atados” à execução de certos serviços no século XVII (no Yorkshire), *ibid.*, 162.



nesse sentido preciso, para esperar que a reação feudal e aumento das obrigações de serviços se apresentem associados, do mesmo modo que o declínio das obrigações de serviços e o abrandamento dos vínculos feudais.<sup>75</sup>

Embora exista muita diferença entre o feudalismo na Inglaterra e o feudalismo na Rússia, com sua cronologia e condições ambientais diversas, a história do último nos dá uma ilustração tão clara do fato de que a transição de pagamentos de taxas em serviços para pagamento de taxas em dinheiro não é incompatível com a preservação dos traços essenciais da servidão, que merece nossa atenção. Na Rússia, não apenas o predomínio, em certa época, de pagamentos em dinheiro ou em espécie (*obrok*) e, em outras, de prestações de serviço (*barshchina*) caracterizaram estágios diferentes de servidão, como também sua mutável importância relativa não apresentou correlação íntima com o grau de liberdade ou servidão do cultivador.

No Rus kieviano dos séculos XI e XII havia pessoas em posição servil, cultivando propriedades de príncipes e boiardos. Algumas, sendo escravas, estabeleceram-se na terra (*kholopi*). Outras, chamadas *zakupi*, trabalhavam com arado, rastelo e, às vezes, até com um cavalo cedido pelos seus senhores — “um camponês que recentemente tinha perdido a possibilidade de desenvolver sua economia independente e viu-se na necessidade de submeter-se, devido a vínculos de dívida, à dependência de um senhor-credor, para quem ficou obrigado a trabalhar parte de seu tempo, deixando o resto para si”.<sup>76</sup> Além disso, havia camponeses semilivres (*smerdi*), que possuíam sua própria terra e instrumentos de trabalho, mas que vieram a se situar em algum tipo de relação tributária para com um senhor, a quem pagavam taxas em espécie.<sup>77</sup> No período que se seguiu ao apogeu de Kiev e em que

<sup>75</sup> A discussão é conduzida às vezes como se a questão crucial fosse se as condições (como a existência de um mercado ou o tipo de solo) favorecessem, em primeiro lugar, o cultivo das grandes reservas senhoriais. Mas é claro que as necessidades, de um mercado ou da própria economia doméstica do senhor, podem ser igualmente satisfeitas, quer pelo cultivo das reservas senhoriais a) com trabalho compulsório, b) com trabalho assalariado, quer por taxas em espécie (ou em dinheiro) pagas pelos arrendatários. O fator decisivo será a lucratividade relativa de um método de servir a um dado fim, em comparação a outros. Onde o tipo de solo e, portanto, o tipo predominante de cultivo podem contar, é a medida que torna a escassez ou abundância de mão-de-obra de pouca ou nenhuma importância (como na comparação entre criação de ovelhas e terra arável).

<sup>76</sup> B. Grekov, na Introdução a *Khoziaistvo Krupnovo Feodala 170 veka*, vol. I; também Grekov, *Kievskaja Rus* (4ª ed., 1944), 113 em diante.

<sup>77</sup> O processo de servidão (*zakabalenie*) do *smerd* parece ter começado no século X, e por volta do XI uma parte substancial dos mesmos se aproximava, no servilismo de seu status, aos *kholops* estabelecidos na terra, embora alguns *smerds* possam, por sua vez, ter possuído *kholops* (Liashchenko, *op. cit.*, 90-2).

se assistiu à colonização da região entre o Oka e o Volga, que mais tarde iria converter-se na Moscóvia, a relação predominante nesses territórios recém-colonizados parece ter sido tributária. Possesores das chamadas “terras negras” foram gradualmente submetidos à soberania de algum príncipe e seus vassallos e à obrigação de pagar taxas em espécie (taxas fixas ou algum tipo de partilha de produtos). Os príncipes e os boiardos, e principalmente os mosteiros, também possuíam suas propriedades, trabalhadas pelos *kholopi* servis. Mas a quantidade destes era pequena e logo se tornou insuficiente para as necessidades do serviço doméstico feudal; um historiador da Rússia medieval escreveu que “a questão da mão-de-obra agrícola domina a história do domínio senhorial na Rússia medieval... e a luta pela mão-de-obra é um dos principais fenômenos da evolução social nessa época”.<sup>78</sup> Entre os séculos XIV e XVI, surge uma tendência a exigir-se prestações de serviço do campesinato na terra dos grandes proprietários. Nas propriedades monásticas, já encontramos tais serviços no século XIV.<sup>79</sup> E, no reinado de Ivã III, segundo um autor alemão, seis dias de trabalho por semana estavam sendo exigidos de seus camponeses pelas propriedades monásticas. Difícilmente isso poderia ter sido regra geral nesse período e, no século XVI, parece haver ainda uma mistura considerável de taxas em espécie, em dinheiro e prestação de serviços ou *barshchina*. Nos distritos centrais, não mais que 10% das famílias camponesas executavam trabalho na propriedade senhorial, embora na região das estepes a proporção fosse bem maior e, na região de Orel, acima de 50%.<sup>80</sup> O restante do campesinato estava sujeito a taxas em dinheiro ou a algum tipo de sistema de *métayage* (meação). No final do século XVI, entretanto, produz-se um rápido crescimento das prestações de serviço em relação às taxas de dinheiro, aumento que só foi detido pela crise da economia senhorial resultante do extensivo despovoamento dos anos anteriores e posteriores às Eras de Discórdias, resultado conjunto da guerra, da fome e da fuga dos camponeses para as livres terras fronteiriças do sul. Esse despovoamento foi de tal grandeza que determinou o abandono de uma proporção entre metade a nove décimos da terra cultivada em muitas áreas, e uma reversão do sistema de três campos a métodos mais primitivos e extensivos de cultivo.<sup>81</sup> Essa

<sup>78</sup> A. Eck, *Le Moyen Âge Russe*, 225.

<sup>79</sup> *Ibid.*, 145.

<sup>80</sup> *Ibid.*, 225; Liashchenko, *op. cit.*, 157-8.

<sup>81</sup> Cf. a passagem muito citada do relatório de um embaixador da Rainha Elisabete da Inglaterra, no ano de 1588: “Muitas aldeias e cidades de meia milha ou uma milha de comprimento encontram-se despovoadas, tendo o povo fugido para outros lugares devido aos usos e exigências extremos que lhe foram impostos, de modo que no caminho para Moscou, entre Vologda e Yaruslaveley, há à vista pelo menos cinquenta aldeias, algumas com meia milha de comprimento, que se encontram despovoadas e

escassez de mão-de-obra na Moscúvia central na primeira metade do século XVII levou a um declínio do cultivo da reserva senhorial e das prestações de serviço, ao mesmo tempo que suscitou medidas legais severas para trazer de volta camponeses fugitivos e prender o *krestianin* à propriedade de seu senhor, o que Kluchevsky chamou de “o coroamento da obra da construção jurídica da servidão campesina” por parte do Estado moscovita.<sup>82</sup> No século XVIII, de Pedro, o Grande, e Catarina, da arquitetura dos Rastrellis e da abertura da “janela para o Ocidente” na Rússia, encontramos em vigor não só a *barshchina* como o *obrok*, com uma tendência aparente (à parte os camponeses designados para trabalhar nas novas fábricas e minas) do último a superar a primeira, e do encargo do *obrok* a aumentar, principalmente entre a década de 60 e a de 90 (talvez duplicando em média durante o século). Ainda nessa época, contribuições em espécie — coisas variadas como ovos, aves domésticas, carne e tecido feito em casa — continuavam a ser prestadas, juntamente com pagamentos em dinheiro e obrigações de serviço diretas, reflexo, talvez, do caráter subdesenvolvido do mercado local, onde o camponês podia vender seu produto e obter meios de efetuar um pagamento em dinheiro.

Um fato impressionante do século seguinte, o século da Emancipação, foi o crescimento em importância, mais uma vez, das prestações de serviço com relação às demais taxas, que se registrou principalmente na região de estepes, claramente estimulado pela expansão do mercado de cereais e sua exportação. Por ocasião da Emancipação, cerca de dois terços dos servos nas propriedades privadas na região de estepes achavam-se sujeitos à *barshchina* e não ao *obrok*. No entanto, é muito curioso que não fossem esses donos de terra meridionais os que mais se opunham ao projeto de Emancipação do Imperador. Sucedia justamente o oposto. O motivo não está longe de se ver e mostra-se bem de acordo com o tipo de explicação apresentado por nós acima. As propriedades dos camponeses nessa parte do país eram em geral bem pequenas, pequenas demais em muitos casos para render bastante para o sustento de uma família. Por esse motivo, existiam todas as condições de uma mão-de-obra farta e barata para cultivar as propriedades maiores, se as obrigações tradicionais de prestação de serviço fossem suprimidas.<sup>83</sup>

desoladas, sem qualquer habitante” (Giles Fletcher, *Of the Russe Common Wealth*, 61).

<sup>82</sup> V.O. Kluchevsky, *History of Russia*, vol. 3, 191.

<sup>83</sup> G.T. Robinson, *Rural Russia under the Old Régime*, 12-60; P. Liashchenko, *op. cit.*, esp. 90 em diante, 119-25, 157-162; B. Grekov, sobre “Kiev Russia” e S. Bakhrushin, sobre “Feudal Order” em *Protiv Historicheskii Konseptsii M.N. Pokrovskovo*, 70-116, 117-39; A. Eck, *op. cit.*, esp. 84-93, 225, 257-8, 273-95; V.O. Kluchevsky, *op. cit.*, esp. vol. I, 185 em diante, 343 em diante, vol. II, 217-241, vol. III, 175-193, vol. V, 60-75.

Na medida em que o crescimento do mercado exerceu uma influência desintegradora sobre a estrutura do feudalismo, e preparou o terreno para o crescimento de forças que iriam enfraquecê-lo e suplantá-lo, a história dessa influência pode ser em grande parte identificada com o surgimento de cidades, como organizações corporativas, ao passarem a possuir independência econômica e política em diversos graus. A influência de sua presença como centros comerciais, principalmente sobre as propriedades menores dos cavaleiros, foi profunda: sua existência proporcionava uma base para transações monetárias, e, por conseguinte, para pagamentos em dinheiro, efetuados pelo camponês ao seu senhor (os quais, entretanto, nunca estiveram de todo ausentes durante o período feudal). Se a pressão da exploração feudal e o declínio da agricultura ajudaram a suprir as cidades com imigrantes, a existência destas como oásis mais ou menos livres numa sociedade que não era livre agia por si só como um ímã sobre a população rural, incentivando o êxodo das propriedades senhoriais para escapar às exações feudais que desempenhou papel tão poderoso na fase de declínio do sistema feudal que tentamos descrever. Na Inglaterra, os donos das propriedades menores, que eram mais suscetíveis à influência urbana, passaram a adotar cada vez mais o hábito de contrair empréstimos com os mercadores, principalmente quando os tempos eram ruins e a guerra ou a fome os faziam defrontar-se com a ruína. Muitas vezes colocavam os filhos como aprendizes num artesanato urbano, ou até mesmo casavam um deles com a filha de um mercador — aquele “mercado para herdeiras entre a aristocracia inglesa”, de que fala o Professor Tawney.<sup>84</sup> Quando a época era favorável e acumulavam um excedente, às vezes compravam sua participação numa guilda urbana e se empenhavam no comércio. No século XVI, muitos deles, incentivados pelo comércio de lã, cercaram terras para pasto e, às vezes, tornaram-se intermediários. Como observou com surpresa um autor italiano, “até homens de sangue nobre tratavam de negócios rurais e vendiam sua lã e gado, não considerando qualquer desdouro trabalhar na indústria rural”.<sup>85</sup>

Mas, embora tais comunidades urbanas, na medida em que eram centros independentes de comércio e de transações contratuais, em certo sentido se constituíssem em corpos estranhos cujo crescimento contribuía para a desintegração da ordem feudal, seria errôneo encará-las, nesse estágio, como microcosmos do capitalismo. Fazê-lo seria antecipar desenvolvimentos que pertencem a um estágio posterior. Tampouco podemos encarar sua

<sup>84</sup> *The Agrarian Problem in the Sixteenth Century*, 187.

<sup>85</sup> *Apud* J.R. Green, *History of the English People*, 18.

existência como sendo necessariamente, em todas as circunstâncias, um solvente das relações feudais. É verdade que o elemento comercial nutrido por tais comunidades reunia em suas mãos os primeiros germes do capital mercantil e prestamista que, mais tarde, seria empregado em grande escala, mas outros instrumentos de acumulação que não uma simples tendência do tipo bola de neve teriam de intervir antes que esse capital se tornasse tão dominador e ubíquo como sucederia em séculos posteriores. Em seu estágio inicial, muitas cidades, se não a maioria, achavam-se subordinadas à autoridade feudal; nesse aspecto, só diferiam em grau dos arrendatários livres de uma propriedade senhorial que, embora desobrigados dos serviços onerosos de um vilão, ainda assim deviam certas obrigações a um senhor. Em seu estágio inicial, pelo menos, essas comunidades eram meio servas e meio parasitas no corpo da economia feudal. O modo de produção por elas consagrado no artesanato urbano representava uma forma de produção mercantil simples, de um tipo sem classes, camponês, onde os instrumentos utilizados eram de propriedade dos artesãos: uma forma que diferia do artesanato empreendido numa propriedade feudal apenas na medida em que o artesão fabricava seus artigos para vender num mercado e não os fabricava como obrigação de serviço para um senhor (e esse último caso podia às vezes aplicar-se também a artesãos de aldeia). Nada existia nesses primeiros tempos (isto é, antes do final do século XV) na Inglaterra<sup>86</sup> com respeito a esse modo de produção que o tornasse capitalista: embora o artesão aceitasse aprendizes e empregasse um jornaleiro ou dois para ajudá-lo, esse recurso ao trabalho alheio se jazia ainda em escala pequena demais para constituir, em qualquer sentido, o esteio da renda do artesão ou qualificá-lo como trabalhador autônomo. Seriam necessários alguns desenvolvimentos históricos importantes, que constituirão assunto de posterior consideração, para que uma transição se efetuasse desse artesanato livre e em pequena escala para um modo de produção especificamente capitalista. No entanto, é verdade que, com o tempo, tais comunidades conquistaram sua liberdade, em geral com luta, da autoridade senhorial e que, ao fazê-lo, solaparam a força da economia feudal, já que o controle econômico que elas agora exerciam permitia-lhes regular suas relações comerciais com o

<sup>86</sup> Tal afirmação não é verdadeira com relação a certas partes do continente, como a Holanda e algumas cidades italianas, onde o capital mercantil achava-se muito mais desenvolvido e havia alguns sinais de autêntica penetração capitalista na produção já em 1200.

Devemos lembrar que muitas cidades desse período eram pouco maiores do que o que hoje chamaríamos de grandes aldeias. Era raro uma cidade ultrapassar 20.000 habitantes. No século XIV, só na Itália e em Flandres se encontravam cidades de 40.000-50.000 habitantes. York tinha apenas uns 11.000 e Bristol 9.500. Mesmo no século XV, Hamburgo só tinha uns 22.000, Nuremberg 20.000-25.000, Ulm 20.000 e Ausburgo 18.000 (Sombart, *Der Moderne Kapitalismus*, I, 215-16).

campo de modo a transferir para si o lucro desse comércio, que de outra forma caberia ao príncipe, senhor ou *abbé* do lugar. É verdade, também, que, contemporaneamente a essa crescente liberdade e prosperidade das cidades, surgiram os primeiros sinais de diferenciação de classe dentro da própria comunidade urbana, e apareceu uma oligarquia exclusivamente comercial dentro das guildas principais e do governo da cidade.

A origem dessas comunidades urbanas está longe de ser clara e tem sido matéria de alguma controvérsia. As evidências são raras e as condições variam bastante de uma cidade para outra e de um país para outro. Apresentou-se algumas vezes a sugestão de que as cidades medievais eram sobrevivências de antigas cidades romanas que, tendo declinado nos dias de anarquia, voltaram a ter destaque quando alguma medida de ordem trouxe um período de paz e um retorno da prosperidade. É verdade que, provavelmente, uma ou duas das cidades maiores<sup>87</sup> mantiveram alguma continuidade de instituições durante todo o período de devastação bárbara. Pode ter acontecido que guarnições feudais e instituições episcopais tenham continuado a existir nesses antigos centros e que mais tarde, uma vida urbana viesse a se desenvolver em volta deles; ou ainda que as congregações urbanas medievais se tenham dirigido para o que eram sítios quase desertos de antigas cidades. Como explicação geral, entretanto, tal teoria de continuidade parece manifestamente inadequada. Hoje, a maioria das autoridades parece acreditar que a Idade Média foi suficientemente devastadora em seus efeitos sobre a vida urbana para tornar improvável qualquer continuidade considerável das antigas cidades para as novas.<sup>88</sup> Devemos lembrar que é a continuidade, não de sítios ou edifícios, ou mesmo de alguns elementos de população, mas de instituições e de modos de vida o que importa no presente contexto. Pode ser que houvesse continuidade, nesse sentido relevante, em um ou dois centros romanos mais importantes, mas é difícil crer que tal sucedesse de modo geral. Lipson nos afirma que, na Inglaterra, “segundo todas as aparências não houve continuidade de desenvolvimento entre as cidades da Bretanha romana e as da Inglaterra saxônica... Em geral as cidades foram abandonadas, e, quando não realmente destruídas pelo fogo, ficaram desabitadas — destino que por muitos anos aparentemente atingiu até mesmo Londres e Canterbury”.<sup>89</sup> Na maioria dos casos, estamos lidando com novos agrupamentos demográficos e novos tipos de associação, que passaram a existir depois do século IX. E, embora tais

<sup>87</sup> Como Colônia, Mogúncia, Estrasburgo, Rheims, Paris. Cf. Cunningham, *Western Civilization*, 58; também F.L. Ganshoff em *Bulletin of the International Committee Historical Sciences*, 1938, 243.

<sup>88</sup> Cf. Ashley, *Surveys*, 179 e 195.

<sup>89</sup> *Econ. History*, vol. I (ed. revista), 188.

agrupamentos possam ter-se formado em volta do sítio de uma antiga cidade romana, o fato de que tal congregação se fizesse em determinada época requer uma explicação.

Há também quem argumente que as cidades desse período tiveram origem puramente rural, desenvolvendo-se a partir de um aumento da densidade da população em certas *centenas* (subordinações administrativas de condado) rurais. Existia continuidade entre a comunidade aldeã e a urbana, e em especial entre o tribunal centurial anterior e o posterior tribunal urbano, opinião patrocinada por uma autoridade como Stubbs. No continente, a gênese da cidade foi atribuída por uma influente escola de autores ao *landgemeinde* ou distrito rural (nas obras de Maurer e Below, por exemplo). Como a cidade cresceu dentro da estrutura da sociedade feudal, seus habitantes mantiveram certas relações de dependência para com um senhor, e a qualificação para cidadania continuou essencialmente agrícola — a propriedade de terra dentro das fronteiras; só mais tarde é que o comércio tornou-se ocupação principal dos habitantes. A única linha divisória que podemos traçar, ao que se afirma, entre a aldeia inicial e a cidade posterior, está na fortificação do lugar numa certa data, quando se erigia um muro para a proteção de seus habitantes, convertendo-a assim num *oppidum*.<sup>90</sup> No entanto, mesmo nos casos em que tal explicação crucial: Porque uma comunidade, agrícola em sua origem, deveria, em algum estágio posterior, adotar o comércio e o artesanato como base econômica? E uma teoria da continuidade com a aldeia é a menos apta para explicar tal transição.

Em terceiro lugar, temos a explicação, que se deve principalmente a Pirenne, de que as cidades se originaram de acampamentos das caravanas de mercadores. Os comerciantes, de início vendedores itinerantes viajando entre as diversas feiras ou de uma residência feudal para outra, geralmente em caravanas, para protegerem-se mutuamente — “uma classe de pessoas de mui pobre condição”, como Adam Smith os qualificou, “como os vendedores ambulantes de nosso tempo”<sup>91</sup> —, no correr do tempo formaram acampamentos, como madeireiros e caçadores fazem hoje no Noroeste do

<sup>90</sup> Cf. Ashley, “Beginnings of Town Life”, em *Quarterly Journal of Economics*, vols. X, 375-7, 392, 402 em diante. Embora jamais atingisse a posição de burgo privilegiado, Clare, no Suffolk, proporciona um exemplo de uma aldeia desenvolvendo-se por algum tempo até tornar-se uma considerável cidade com um mercado. Também Burford era ainda uma aldeia numa propriedade senhorial, quando seu senhor lhe conseguiu uma das cartas-patentes registradas mais antigas (R.H. Gretton, *The Burford Records*, 5 em diante). Sucedia às vezes que “o título de burgo era dado a pequenos pedaços de terra, separados da propriedade senhorial vizinha e tendo alguns habitantes privilegiados” (G.A. Thornton, em *Trans. Ryl. Hist. Society*, 1928, 85).

<sup>91</sup> *Wealth of Nations*, ed. de 1826, 370.

Canadá. Para acampamento, poderiam escolher o sítio de uma antiga cidade romana, devido à sua situação favorável no encontro das estradas romanas, os muros protetores de algum *castrum* feudal, com sua guarnição. Poderiam ainda ser atraídos a abrigar-se nos mosteiros pelo costume ou pelo refúgio (santuário) que estes podiam proporcionar. Mais tarde, para conseguir proteção mais completa, o acampamento comercial poderia erigir um muro, unindo às vezes o muro desse *burg* com obras de defesa existentes no *castrum*, o que lhe conferia uma identidade separada que anteriormente lhe faltava e também certa vantagem militar. Não poucas vezes tais acampamentos, ao adquirirem certas dimensões e influência, se tornavam objeto de privilégios e proteção especiais por parte do Rei, ao preço de um pagamento em dinheiro ou de um empréstimo, como sucedia com os mercadores alemães e italianos na Inglaterra. Esses privilégios outorgados pelo rei em geral lhes conferiam liberdade, em grau variado, quanto à autoridade senhorial e suas imposições. Em certo estágio desse desenvolvimento, a associação frouxa dos dias das caravanas tomou provavelmente a dignidade mais formal de hansa e guilda, e tal organização tendeu a reclamar não apenas imunidade em relação à jurisdição feudal, mas também certa medida de controle sobre o comércio local, o que inevitavelmente levou-a a um agudo conflito com o senhor local.<sup>92</sup>

Em quarto lugar, temos a explicação que liga o crescimento das cidades ao direito de *sauveté*, ou refúgio (santuário) concedido pela autoridade feudal. Embora isso não seja necessariamente incompatível com a explicação anterior, tem uma ênfase diferente, indicando uma distinção que pode ter sido de importância crucial. De acordo com essa opinião, as cidades foram menos crescimentos espontâneos do que criações da própria iniciativa feudal para seus próprios fins. Estabelecimentos feudais com guarnição precisavam de mercadores e artesãos para suprir suas necessidades e, com isso, seriam um ímã natural para aqueles elementos soltos da população não subordinados ao senhor. Numa era sem lei, igrejas e mosteiros, possuindo o direito de *sauveté*, eram um abrigo natural para peregrinos e fugitivos de todos os tipos, que viriam a constituir uma população leiga separada, empenhada em ocupações subsidiárias para as quais o estabelecimento local criava um mercado. Muitas vezes, igualmente, um senhor poderia fazer uma oferta de privilégios especiais a recém-chegados de modo a instituir um mercado para sua própria conveniência. Outras vezes a *sauveté* se tornava objeto de uma concessão secular, conferindo certa dose de imunidade em relação à jurisdição feudal. Semelhante a essa é a chamada “teoria de guarnição”, sugerida por Maitland (e a teoria “militar” paralela

<sup>92</sup> Ashley, *op. cit.*, 389-92; Pirenne, *Belgian Democracy*, 15 em diante, e *Medieval Cities*, 177 em diante; Carl Stephenson, *Borough and Town*, esp. 6 em diante.



de Keutgen na Alemanha), de que as cidades eram encaradas como bastiões para ocasiões de emergência, aos quais os habitantes das vizinhanças poderiam recolher-se, e que, de início, diversos senhores mantiveram casas ali, bem como um quadro de ocupantes reduzido ao mínimo necessário. Cidades como Chichester e Canterbury, na Inglaterra, por exemplo, na época do *Domesday*, tinham cada uma entre 100 a 200 casas ligadas respectivamente a 44 e 11 propriedades senhoriais diferentes.<sup>93</sup>

Em vista do conhecimento limitado de que dispomos, teremos provavelmente de nos contentar por enquanto com uma explicação eclética do surgimento das cidades medievais: uma explicação que atribui peso diferente às diversas influências nos diferentes casos. Certas cidades inglesas parecem ter tido uma origem puramente rural, embora seu desenvolvimento urbano fosse sem dúvida atribuível à sua posição à margem de um vau ou próxima ao estuário de um rio, o que as levou a se tornarem centros de comércio. Manchester surgiu de uma aldeia e parece ter-se mantido consistentemente agrícola e não-comercial quanto ao caráter por algum tempo, mesmo depois de conseguir a posição de burgo.<sup>94</sup> Cambridge surgiu, ao que parece, próxima a um castelo e acampamento militar antigos, de uma fusão de aldeias (como também Birmingham), mas sua posição à margem de um vau de rio foi sem dúvida responsável por seu crescimento posterior, como sucedeu também com Oxford. Já Glasgow, ao que se diz, originou-se dos agrupamentos religiosos em volta do santuário de São Niniano, porque os mesmos proporcionavam grandes oportunidades para o comércio.<sup>95</sup> Norwich deveu muito de sua posição à influência dinamarquesa, ao fato de os comerciantes escandinavos terem acampado ali em data antiga e à sua posição na trajetória do intercâmbio comercial com a Europa setentrional.<sup>96</sup> A explicação de Pirenne pareceria ajustar-se também ao desenvolvimento de Londres (onde se diz que os mercadores alemães possuíam estabelecimentos no reinado de Ethelred). Mas a proteção proporcionada pelas fortificações e estabelecimentos religiosos deve ter desempenhado também seu papel na atração dos elementos da população que não se achavam presos ao solo ou eram fugitivos. O mesmo aplicar-se-ia em grande parte a cidades continentais tais como Paris (que, no século IX, nada mais era do que uma pequena ilha cercada por muralhas romanas) e Genebra, a cidades das margens do Reno, como Colônia, que bem antes abrigara uma colônia de mercadores estrangeiros, e a outras cidades alemães ou

<sup>93</sup> Lipson, *op. cit.*, 192.

<sup>94</sup> M. Bateson, *Medieval England*, 395.

<sup>95</sup> Cunningham, *Growth* (Early and Middle Ages), 95-6; Maitland, *Township and Borough*, 41 em diante, 52; Lipson, *op. cit.*, vol. I, 185-9; Carl Stephenson, *op. cit.*, 200-2; H. Cam, *Liberties and Communities in Mediaeval England*, 3-10.

<sup>96</sup> Lipson, *op. cit.*, 194.

flamengas como Bremen, Madeburgo, Ghent e Bruges. No entanto, existiam muitos centros importantes, onde a comunidade urbana originou-se claramente de grupos de comerciantes e artesãos estabelecidos dentro das muralhas de um mosteiro ou castelo, não só pela proteção militar proporcionada pelo último, ou por uma situação favorável numa rota comercial existente, mas porque certos privilégios eram-lhes oferecidos para que pudessem servir às necessidades do estabelecimento feudal. Desse modo, no século XI, encontramos a abadia de Saint Denis, na França, atraindo população à sua volta pela criação de uma área com o direito de *sauveté*. “Quatro cruzeiros de madeira foram levantadas nos cantos de uma faixa de terra bastante grande para conter um *burg*, e, à faixa assim delimitada, o Rei Felipe I concedeu liberdade completa com relação à jurisdição externa, de taxa de portagem e prestação de serviço militar”.<sup>97</sup> Na Inglaterra, cidades como Durham, St. Albans, Abingdon, Bury St. Edmunds e Northampton, cresceram ao redor de castelos e mosteiros e, nas fronteiras do País de Gales, o baronato normando concedeu privilégios especiais para atrair comerciantes e artesãos para formarem comunidades urbanas, como meio de colonizar e fortalecer a fronteira. Em Bury, o *Domesday Survey* nos informa que uma comunidade de padeiros, cervejeiros, alfaiates, sapateiros etc. “serve diariamente ao Santo, ao Abade e aos Irmãos”, havendo aqui certa evidência de atividade comercial e a existência de cunhagem de moeda antes da conquista normanda.<sup>98</sup>

Quanto ao motivo para o revivescimento das cidades depois de seu declínio e desaparecimento completo em muitas regiões, entre os séculos VIII e X, Pirenne formulou a opinião de que fator dominante foi o ressurgimento do comércio marítimo no Mediterrâneo, com seu consequente estímulo ao movimento de caravanas comerciais transcontinentais e, por sua vez, aos acampamentos locais de comerciantes. Tal comércio marítimo fora rompido anteriormente pelas invasões islâmicas, mas, no século XI, as antigas rotas comerciais tinham sido reabertas e a expansão desse comércio com o Oriente nos anos seguintes seguira de perto os cruzados. Justifique-se ou não a ênfase de Pirenne, tenha ou não o declínio do comércio e das cidades antes do ano 1000 sido tão grande quanto ele supõe, parece não restar dúvida de que a reativação do comércio mediterrâneo desempenhou papel importante no revivescimento do comércio transcontinental e, portanto, na vida urbana nos séculos XI e XII. Ao mesmo tempo é provável que o tamanho crescente dos estabelecimentos feudais, com o aumento do número de seus dependentes, fazendo crescer a demanda de produtos de regiões distantes, tenha contribuído substancial-

<sup>97</sup> Ashley, *loc. cit.*, 374.

<sup>98</sup> Lipson, *op. cit.*, 190; M.D. Lobel, *The Borough of Bury St. Edmunds*, 1-15.



mente como um estímulo para a renovação do comércio e como um ímã para as comunidades urbanas.

A possibilidade de que cidades tenham crescido devido à iniciativa das próprias instituições feudais, mais do que a partir de grupos de comerciantes formando uma comunidade semi-independente (como acentua Pirenne), indica uma distinção que pode conter um ponto de certa substância. É evidente que, se tal linha puder ser traçada, deverá ser importante a distinção entre cidades que surgiram como "cidades livres", independentes da sociedade feudal, do modo sugerido por Pirenne, ou por franquias concedidas às comunidades aldeãs como sucedeu na França do século XIII, e cidades que, partindo da iniciativa de alguma autoridade feudal ou anteriormente subordinadas ao controle de um senhor feudal, cresceram como elementos da sociedade feudal, servindo aos interesses senhoriais e devendo obrigações feudais individual ou coletivamente. Dever-se-ia atribuir, ao que parece, maior importância a tal distinção do que às diferenças entre cidades que provieram de aldeias ampliadas, se apoiaram no sítio de alguma cidade romana ou se aglomeraram em volta do ponto de junção de uma rota comercial. É claro que nenhuma linha demarcatória pode ser traçada com precisão. Sem dúvida, um grande número de cidades foi do tipo intermediário e seria difícil de classificar em qualquer dos campos. Com o correr do tempo a linha divisória mudaria; cidades antes dependentes se afirmavam e conseguiam certa medida de independência, ou a liberdade de outras era eliminada em favor de maior controle feudal. Outras, que apresentavam toda a aparência de ser independentes parecem muitas vezes ter sido, de início, dominadas por algumas famílias aristocráticas que possuíam alguma terra dentro da cidade (como se mostrou característica freqüente e importante de cidades italianas).<sup>99</sup> Parece provável, se pudermos aventurar um juízo aproximativo, que a maioria das cidades se originou da iniciativa de alguma instituição feudal, ou, de algum modo, como um elemento da sociedade feudal, ao invés de surgirem como corpos inteiramente estranhos. Na Inglaterra, lugares como Bury, Abingdon, Durham, St. Albans e Canterbury foram provavelmente exemplos do primeiro tipo. Uma curiosa sobrevivência dessa situação é o fato de que, até o século XIX, o deão e o capítulo de Peterborough continuaram a exercer o direito de nomear os magistrados da cidade. No entanto, em localizações especiais, estrategicamente dispostas para se tornarem *entrepôts* importantes de comércio, as cidades podem ter tido um caráter independente desde o início, como algumas das cidades da Hansa e do Reno e, possivelmente, Londres. E a

<sup>99</sup> Também de muitas cidades da Europa oriental, como as da Polônia, onde o patriado comerciante parece em grande parte ter sido recrutado na nobreza (J. Rutkowski, *op. cit.*, 39).

expansão subsequente de muitas outras pode ter se devido principalmente, senão inteiramente, a acampamentos de mercadores. Algumas cidades que se originaram em épocas muito mais remotas podem ter continuado a manter uma posição mais ou menos autônoma durante todo o período medieval; ao passo que, em partes recentemente colonizadas da Europa ou onde a autoridade feudal era fraca, cidades podem ter provindo de comunidades aldeãs de camponeses mais ou menos livres, desenvolvendo-se como comunidades livres de artesãos e pequenos comerciantes que se associaram para resistir às intromissões de um senhor. Na Rússia, por exemplo, as cidades mais antigas como Kiev e Pskov, Novgorod e Smolensk provavelmente deviam sua origem a acampamentos tribais (*gorodische*) que cresceram e se tornaram cidades, mantiveram até período bem posterior grande parte do caráter democrático advindo de sua origem, e só gradualmente caíram sob o domínio político e econômico de uma aristocracia boiarda dona de terra e de servos. Também muitas das cidades mais novas do Nordeste da Rússia, entre o Oka e o Volga, dos séculos XI e XII, como Suzdal, Rostov e Yaroslav, parecem ter sido fundadas como centros para artesãos e comércio pelos senhores feudais. Já Vladimir, de modo oposto, parece ter-se originado como uma associação livre de artesãos, cuja submissão os boiardos locais procuraram obter através de uma guerra.<sup>100</sup> Lvov iniciou-se como cidade-fortaleza fundada pelo príncipe de Galicz no século XIII. A própria Moscou surgiu de uma aldeia na propriedade de um pequeno príncipe.

Na verdade, até que ponto os estabelecimentos feudais, especialmente a Igreja, se interessavam pelo comércio e organizavam eles próprios o artesanato em escala considerável é um fato digno de alguma ênfase. É preciso evitar o engano de conceber a época feudal como um período em que o comércio houvesse desaparecido de todo e ao qual o uso do dinheiro fosse inteiramente estranho. Daí ser natural que o controle das cidades e sua fundação viessem a ser tomados como fonte valiosa de renda feudal adicio-

<sup>100</sup> Cf. B. Grekov e A. Jakubovski, *La Horde d'Or*, 170-2; P. Liashchenko, *op. cit.*, vol. I, 135-8. Grekov mostra uma diferença importante: enquanto cidades como Suzdal tinham um Kremlin com muralhas com as instalações dos artesãos *por fora*, outras, como Vladimir, apresentavam uma muralha que encerrava *tanto* o Kremlin quanto a cidade. Ele cita uma passagem esclarecedora da Crônica de Nikon, de 1177, para ilustrar a atitude dos boiardos da vizinhança com relação ao estabelecimento dos artesãos em Vladimir: "A cidade não possui qualquer soberania; é um *faubourg* que constitui nossa propriedade e onde residem nossos servos: nossos pedreiros, carpinteiros, trabalhadores e outros". De modo bastante curioso, Eck parece adotar um ponto de vista contrário ao de Grekov, ao falar de Rostov e Suzdal como cenário de conflito entre os príncipes e as comunas urbanas democráticas, enquanto fala de Vladimir como "une ville princière par excellence, où la population était venue sur l'appel du prince et dépendait du prince" (A. Eck, *op. cit.*, 30).

nal. Já no século VIII, agentes dos mosteiros franceses mostravam-se ativos nas Flandres comprando lã para manufatura. No comércio de vinho da Borgonha, eram os mosteiros os centros importantes. E as abadias sobre o Loire e o Sena possuíam uma frota de embarcações fluviais para realizar seu comércio. Diz-se que a indústria de lã de Florença data do estabelecimento (1238) de uma ordem monástica, os Umiliati: o trabalho era executado pelos irmãos leigos sob a superintendência dos sacerdotes.<sup>101</sup> Na Inglaterra, o mais antigo estabelecimento de comerciantes alemães parece ter sido uma ordem de monges, "há muito empenhados alternativamente no comércio e na guerra", que chegaram em navios a Billingsgate e conseguiram patrocínio do rei.<sup>102</sup> Em Berkshire, vemos que o mercado principal foi o da abadia de Abingdon, de onde os navios do abade partiam para comerciar pelo Tâmsa abaixo até Londres. Há indicações de que, no século XIII, a abadia foi um centro de tecelagem.<sup>103</sup> Os cistercienses estavam por toda parte empenhados ativamente no comércio de lã com mercadores flamengos e italianos. Em Yorkshire, a mineração de ferro e sua fundição no século XII eram realizadas principalmente por casas religiosas, e vemos os monges de Fountains Abbey suficientemente enriquecidos com seu comércio para emprestar dinheiro a Roger de Mowbray no reinado de Henrique II.<sup>104</sup> Bem numerosas na Europa eram as oficinas instaladas nas grandes propriedades, dirigidas por servos. Anexos, havia os chamados *gynceea*, onde as mulheres teciam e fiavam sob a superintendência da esposa do senhor.<sup>105</sup>

De fato, por volta do século XI, parece ter existido no continente uma classe superior semicomercial e privilegiada nos territórios episcopais, que se enriquecia com o comércio, usura e lucros auferidos de um trabalho

<sup>101</sup> E. Dixon, "The Florentine Wool Trade", *Ryl. Hist. Society Trans.* Ns. XII, 158. Cf. também Gertrude Richards, *Florentine Merchants in the Age of the Medici*, 39.

<sup>102</sup> G. Walford, "Outline Hist. of Hanseatic League", *Ryl. Hist. Society Trans.* IX (1881), 83.

<sup>103</sup> *V.C.H. Berks*, vol. II; 371, 388.

<sup>104</sup> *V.C.H. Yorks*, vol. II; 342-3.

<sup>105</sup> No século IX, por exemplo, a Abadia de St. Riquier foi centro de uma cidade de 2.500 habitantes, onde residiam artesãos agrupados em ruas conforme suas ocupações, achando-se sob a obrigação coletiva de fornecer artigos à Abadia. Mesmo antes, vemos a Abadia de St. Germain des Prés com um *gynceum* onde linho e sarja eram fabricados, e as esposas dos servos da abadia deviam fornecer quantidades estipuladas de tecido. Já foi dito que tais estabelecimentos faziam lembrar bastante "fábricas" baseadas em trabalho escravo durante o período clássico: "com raras exceções, tais grupos eram meros agregados de mulheres, e nenhuma organização real de trabalho se conseguia mantendo-as reunidas. Trabalhavam lado a lado, talvez num único aposento". (A.P. Usher, *Introd. to Ind. Hist. of England*, 55-7.) Cf. também Bucher, *Industrial Evolution*, 102 em diante.

semi-escravo, que adquiria cargos eclesiásticos e estava possuída pela *lucris rabies* tão convictamente quanto qualquer lombardo ou judeu. Por isso, é difícil estabelecer uma linha divisória entre, de um lado, os artesãos dependentes e os irmãos leigos dos mosteiros e, do outro, os artesãos e os comerciantes das comunidades urbanas que mais tarde construíram, eles próprios, uma muralha externa à muralha do *castrum*, lutaram por certa medida de independência perante seu senhor feudal ou "protetor" e conseguiram para si uma entidade separada com o estatuto de burgo. Existe até quem tenha sugerido que foram os artesãos de estabelecimentos feudais os chefes da comunidade urbana insurgente que lutou por sua autonomia. Parece haver pouca evidência direta nesse sentido e, em muitos casos, há sinais de que tais artesãos continuaram como dependentes leigos do abade ou senhor, vindo a constituir uma classe de *ministeriales* separada dos burgueses.<sup>106</sup> Podem ter existido ocasiões em que os dois elementos fizessem causa comum e a linha que os dividia, não resta dúvida, era muitas vezes difícil de traçar. Exemplos de que os próprios burgueses deveram serviços a um senhor, como qualquer dependente feudal, são bem abundantes. Em Hereford, os burgueses deviam três dias de trabalho na ceifa em épocas de colheitas e serviços periódicos de fenação, que mais tarde conseguiram transformar numa quitação paga. Em Bury St. Edmunds, os habitantes da cidade tinham a obrigação de trabalhar na reserva senhorial durante a colheita: uma obrigação que o abade só foi persuadido a transformar quando submetido a forte pressão. No *Domesday* há muitos exemplos de burgueses que deviam serviços de vilões aos senhores, pagando o *heriot* e taxas similares.<sup>107</sup> Tão tarde quanto no século XVIII, Manchester se achava ainda presa ao uso do moinho do senhor e ao seu forno de padaria.<sup>108</sup> Parece provável, no entanto, que a iniciativa na luta pela independência urbana tenha vindo inicialmente daqueles elementos menos sujeitos à dominação feudal, porque eram mercadores atraídos ao lugar vindos de fora, ou, desde o início, achavam-se dotados de uma posição privilegiada por alguma concessão ou patente especial. Tais elementos estariam inclinados a situar-se incomodamente no corpo da economia feudal precisamente porque, embora a posse de terra dentro do burgo fosse geralmente condição de cidadania, sua fonte de subsistência consistia essencialmente

<sup>106</sup> Cf. Ashley, *loc. cit.*, 378; também Pirenne, *Belgian Democracy*, 40-1. Na Alemanha, onde a classe de *ministeriales* assumira importância bem maior do que em outras partes, chegaram a se aproximar em muitos casos à pequena nobreza, sendo recompensados com terra, emolumentos e honras (J. Westfall Thompson, *op. cit.*, 324 em diante).

<sup>107</sup> Cf. Carl Stephenson, *op. cit.*, 78-80, 91.

<sup>108</sup> Lipson, *op. cit.*, 201, que acrescenta: "os mosteiros, especialmente, aferraram-se com tenacidade ao monopólio e jamais puderam ser levados espontaneamente a abandonar seus lucros".

no comércio — fazendo mercadorias para venda, ou agindo simplesmente como intermediários ambulantes. Foram eles os que mais provavelmente formaram, em data bem recuada, uma hansa ou guilda entre si — uma guilda mercantil, como veio a ser chamada, e vieram a lutar pelo direito dessa guilda, ou do governo da cidade que a guilda de fato dominava, controlar o artesanato e o mercado locais em seu próprio proveito.

Essa luta das cidades pela autonomia, que se estendeu pelos séculos XIII e XIV na Inglaterra, em muitos casos foi violenta, e, em algumas cidades continentais (por exemplo, nas Flandres e na Itália no final do século XI e nos séculos XII e XIII), tomou a forma de uma prolongada guerra civil. Mesmo na Inglaterra, entretanto, a luta democrática esteve longe de ser inteiramente pacífica. Certa vez, os burgueses de Dunstable, diante da ameaça de excomunhão, declararam que “desceriam todos juntos ao inferno” antes de se submeterem às imposições arbitrárias do prior. Em 1327, em Bury, os habitantes da cidade invadiram o mosteiro e levaram o abade e os monges para a prisão até que estes permitissem a constituição de uma guilda de mercadores. No mesmo ano, em Abingdon, uma multidão reforçada por aliados vindos de Oxford, sitiou a abadia e queimou seus portões. Em St. Albans, houve um sítio de dez dias ao mosteiro porque o abade recusara aos cidadãos o direito de construir seus próprios moinhos. Em Norwich, irrompeu em 1272 uma guerra aberta entre a cidade e a catedral, com distúrbios durante os quais a igreja catedral foi incendiada. O descontentamento urbano “formou um elemento considerável na Revolta dos Camponeses” de 1381.<sup>109</sup> O ponto crítico econômico estava evidentemente nas vantagens que o controle do mercado local podia oferecer — vantagens não tanto da cobrança de pedágios e taxas diversas, mas da capacidade de controlar os regulamentos do mercado para influenciar as condições de comércio em vantagem própria. O fato de os próprios estabelecimentos feudais se empenharem no comércio e muitas vezes terem alimentado um mercado local para se suprirem de uma fonte barata de provisões foi evidentemente um dos principais motivos pelos quais os clamores dos burgueses pela autonomia encontraram resistência tão vigorosa.

<sup>109</sup> Lipson, *op. cit.*, 207; N.M. Trenholme em *Amer. Hist. Review*, VI, 652, 659, 663; Cunningham, *Growth (Middle Ages)*, 210.